



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Mayara da Silva Curcio

**Eu faria tudo outra vez. Mulheres e violência doméstica:  
entre a política e a clínica do sujeito**

Rio de Janeiro

2023

Mayara da Silva Curcio

**Eu faria tudo outra vez. Mulheres e violência doméstica: entre a política e a clínica do sujeito**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise e Políticas Públicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dra. Rita Maria Manso de Barros

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CZO

C975 Curcio, Mayara da Silva

Eu faria tudo outra vez. Mulheres e violência doméstica: entre a política e a clínica do sujeito / Mayara da Silva Curcio - 2023.  
90 f.

Orientador: Rita Maria Manso de Barros

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise e Políticas Públicas.

1. Psicanálise e Políticas Públicas - Teses. 2. Mulheres - Teses. 3. Violência doméstica - Teses. 4. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Teses. I. Barros, Rita Maria Manso de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDU 159.964.2

Bibliotecária Joice Soltosky Cunha CRB7-5946

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que cite a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Mayara da Silva Curcio

**Eu faria tudo outra vez. Mulheres e violência doméstica: entre a política e a  
clínica do sujeito**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise e Políticas Públicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de novembro de 2023.

Banca examinadora: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita Maria Manso de Barros (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

\_\_\_\_\_  
Dra. Emilia Estivalet Broide  
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro  
2023

Dedico a presente dissertação à minha tia Marluce, cuja história sempre me fez querer saber mais sobre o porquê.

## **AGRADECIMENTOS**

Às mulheres a quem tive a oportunidade de escutar, agradeço pela confiança que me concederam, que me abriu a possibilidade de me interrogar, pesquisar e escrever.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por sustentar, por meio de parte de seu corpo docente, importantes espaços de circulação da psicanálise no Brasil.

À Secretaria de Desenvolvimento Social de Santos, São Paulo, na figura das queridas Marcell Freitas e Carla Perez, e das amigas Nayara Albino e Marina Perez Peña. Agradeço por, a partir do lugar de gestoras, apostarem na formação das servidoras públicas e por terem colaborado para que eu pudesse desenvolver a minha práxis, cuja presente dissertação é um dos frutos.

À Rita Maria Manso de Barros, pela orientação da presente pesquisa, pela disponibilidade em me escutar ao longo desse percurso e, ainda, pelo chá de boldo!

Ao Luciano Elia da Fonseca, por sua dedicação ao Programa de Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas, pelos ricos trabalhos que nos auxiliam a sustentar a prática da psicanálise nos serviços públicos, e por ter aceitado compor a banca de exame da presente pesquisa.

À Emília Estivalet Broide, pelo acolhimento das minhas confusões, questões e curiosidades no curso dos meus primeiros anos de trabalho no CREAS. Pelo apoio nos primeiros tempos de minha decisão em iniciar a investigação que resultou nesta dissertação, e por ter aceitado participar dela na função de examinadora. Obrigada pela delicadeza e cuidado que sempre teve com o meu trabalho, e pelas contribuições para que eu pudesse conduzi-lo articulando meu próprio desejo e às demandas sociais emergentes dos sujeitos que eu atendi.

Ao Danilo Moreira Marques, por ter sido meu querido companheiro ao longo de quase um terço da minha existência, agradeço também pelo investimento que teve em me transmitir a psicanálise.

À minha amiga e parceira de aventuras pelas quebradas de Santos, Eliane Oliveira Pereira. Assistente Social com quem tive a oportunidade de trabalhar em conjunto ao longo dos meus anos de CREAS. Pela confiança, pelas trocas, pelo

apoio incondicional. Agradeço a disponibilidade em embarcar nas minhas propostas, mesmo quando elas pareciam um tanto estranhas num primeiro momento, e pela abertura — em meio a contextos de bastante dureza — em pensar junto um lugar para o sujeito do inconsciente, na construção do trabalho a partir do CREAS.

À querida amiga Taís Viudes de Freitas, por todo o apoio durante a elaboração do projeto de pesquisa e, também, no curso de minha investigação. Por ter lido atentamente meus escritos, desde quando eles ainda estavam muito bagunçados, e ter contribuído por meio de seu olhar de pesquisadora genuína — que sendo absolutamente respeitosa, consegue dialogar para muito além de sua própria área de atuação e pesquisa.

À minha *chará*, Mayara Aparecida Bonora Freire, parceira e amiga querida desde os tempos de estágio de graduação na Unesp. Gratidão por todas as conversas, entrevistas, referências, leituras, incentivos... Enfim, pelas contribuições nas várias dimensões e etapas da presente pesquisa e da vida.

Ao Maico Fernando da Costa, amigo dos tempos da Unesp de Assis, e transmissor das produções do Abílio da Costa-Rosa. Pelos infinitos diálogos que contribuíram para que eu pudesse me autorizar a articular o exercício da psicanálise ao meu lugar de psicóloga nos serviços públicos, o que me possibilitou formular essa articulação em termos de uma pesquisa acadêmica.

À Tahamy Pereira, querida amiga com quem pude compartilhar diversas experiências importantes, agradeço pelas ideias trocadas, pelas referências, sugestões e incentivos. Agradeço, sobretudo, por me transmitir algo que sempre me provoca a colocar a *cara* no sol!

Ao meu amigo Rafael Lima e à minha irmã Mayra Curcio pelo carinho e apoio com as línguas estrangeiras.

Ao amigo Pedro Henrique Marangoni, outro presente dos tempos da Unesp. Pelas ligações de infinitas horas nas quais mesmo de longe pôde se fazer presente e contribuir muito, a partir da sua experiência enquanto pesquisador, para a organização das minhas ideias e para o afastamento de certos receios com a escrita e com a vida acadêmica.

Ao querido amigo Felipe Ferreira Pinto, pelo carinho e disponibilidade para as diversas trocas, sobretudo as que se referem às dificuldades enfrentadas no trabalho e na pesquisa a partir da experiência na Assistência Social.

Aos colegas da Oficina de escrita de casos clínicos, da Unicamp, sobretudo à Iara Campos e ao Lauro Baldini. Gratidão pela proposta e pelo espaço aberto que tanto contribuíram para que eu pudesse sustentar a soltura da minha escrita.

À Bárbara Nogueira, pelas referências indicadas e pelos diálogos a respeito do tema da violência doméstica contra as mulheres.

Às queridas Thainá Torres e Núbia Morelli, pelo cuidado que tiveram em ler meu texto e pelos comentários tecidos.

Aos colegas do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, por contribuírem para a sustentação de uma psicanálise rigorosa, sendo, por isso mesmo, absolutamente afeita ao diálogo com a política.

À minha família: minhas avós Adézia Terezinha (*in memoriam*), Maria da Luz e Aliete Amaral, minha mãe, Marilene, meu pai, Ricardo, minha irmã Mayra, meu irmão Rodrigo, minhas tias/ primas Arlete, Rosimeire, Maythe, Milene, Marcélia e Talita. Pelos investimentos, apostas, compartilhamentos e impossibilidades.

Às companheiras e companheiros de trabalho Priscila, Márcia, Wagner, Enrique, Maria Cristina, Amanda, Cláudia, Marina, Bárbara, Thainá e Eliane. Agradeço pela parceria que nos permitiu algumas importantes intervenções, promotoras de movimentos instituintes.

Ao querido Eduardo Martins, pela generosidade com que acolheu minhas questões e pelos chacoalhões bem dados que me foram imprescindíveis.

À minha analista, Ana Lúcia Nobile Girardi.

E, por fim, agradeço ao Rui Otani Pereira, pelo companheirismo ao longo desses quase quatro anos de pesquisa — desde o início da escrita do projeto, até a finalização da dissertação — pelas leituras atentas, diálogos e revisões de texto. Agradeço também pelas louças lavadas, refeições preparadas e pelo aconchego, que contribuíram para que eu pudesse sustentar essa travessia.



## RESUMO

CURCIO, Mayara da Silva. *Eu faria tudo outra vez*. Mulheres e violência doméstica: entre a política e a clínica do sujeito. 2023. 90f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Questões emergentes no cotidiano de trabalho de uma psicóloga, praticante de psicanálise, no contexto do Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, suscitaram a pesquisa que se inscreve na presente dissertação de mestrado. Passamos a nos interrogar ao percebermos que, mesmo após a realização de intervenções por parte da equipe do referido serviço, diversas mulheres acompanhadas em razão da vivência de violência doméstica voltavam a se colocar em parcerias amorosas nas quais tornavam a ocupar uma posição de objeto de abuso do outro, seja nas mesmas, seja em novas parcerias amorosas. Repetição era o que nos saltava aos olhos e aos ouvidos. O que seria isso? Contextualizamos, com um breve histórico, como os movimentos sociais de mulheres conseguiram chamar a atenção o bastante para que a questão da violência doméstica contra as mulheres passasse a ser compreendida enquanto um problema social em nosso país. Em seguida, apresentamos algumas memórias de uma experiência de escuta que vivenciamos com uma mulher acompanhada por nós. Tomamos o caso apresentado como um exemplo paradigmático, pois consideramos que ele nos permite um debate a partir de uma perspectiva moebiana a respeito do problema da violência doméstica contra as mulheres, evidenciando o particular e o coletivo de maneira absolutamente entrelaçada. Ao final, expomos algumas construções realizadas por nós, articulando a experiência de escuta apresentada com nossas reflexões e articulações teórico-conceituais. Para tanto, sustentamo-nos na psicanálise de Freud e Lacan e invocamos, também, outros autores para nos ajudarem a pensar o território, a repetição e o gozo. Acreditamos que compartilhar essa experiência, bem como algumas de nossas reflexões e construções sobre ela, poderá contribuir, de algum modo, com as colegas trabalhadoras que lidam com as problemáticas enfrentadas no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e, por consequência, proporcionar algum deslocamento no atendimento às mulheres nas diversas Políticas Públicas.

Palavras-chave: Mulheres. Violência doméstica. Psicanálise. CREAS. Políticas Públicas.

## RESUMEN

CURCIO, Mayara da Silva. *Lo haría todo de nuevo. Mujeres y violencia doméstica: entre la política y la clínica del sujeto*. 2023. 90f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Cuestiones emergentes en el trabajo cotidiano de una psicóloga, practicante de psicoanálisis, en contexto del Servicio de Atendimento Especializado a Familias e Indivíduos (PAEFI) de un Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), han suscitado la investigación que se inscribe en la presente tesis de maestría. En los territorios donde trabajamos, los vínculos de violencia son muy frecuentes. Empezamos a interrogarnos al percibir que después de la realización de intervenciones por parte del equipo del servicio referido, diversas mujeres acompañadas en virtud de la situación de violencia doméstica, vuelven a ponerse en relaciones de pareja en las que, a su vez, vuelven a ocupar una posición de objeto de abuso del otro, sea en las mismas, sea en nuevas relaciones amorosas. La repetición fue lo que nos llamó la atención. ¿Qué podría ser eso? En ese sentido, nos pareció importante introducir como los movimientos sociales de mujeres lograron llamar la atención lo suficiente para que la cuestión de la violencia doméstica contra las mismas pasara a ser comprendida como un problema social en nuestro país. A continuación, presentamos algunas memorias de una experiencia de escucha que hemos tenido con una mujer acompañada por nosotras. Además, tomamos a este caso como un ejemplo paradigmático por considerar que el mismo nos permite un debate a partir de una perspectiva moebiana a respecto de la problemática de la violencia doméstica contra las mujeres, evidenciando lo particular y lo colectivo de manera absolutamente entrelazada. Para finalizar, exponemos algunas construcciones realizadas por nosotras a partir de la experiencia de escucha presentada con nuestras reflexiones y articulaciones teórico conceptuales. Teniendo en cuenta todo lo expuesto anteriormente, nos sustentamos en el psicoanálisis de Freud y Lacan, además de citar otros autores para ayudarnos a pensar el territorio, la repetición y el goce. Creemos que compartir esta experiencia y algunas de nuestras reflexiones y construcciones acerca de ella podrá contribuir, de alguna manera, con las compañeras trabajadoras que se encuentran sin herramientas en el atendimento a mujeres en situación de violencia doméstica y, por consecuencia, con algún cambio en el atendimento a las mujeres en diversas Políticas Públicas.

Palabras clave: Mujeres. Violencia doméstica. Psicoanálisis. CREAS. Políticas Públicas.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>ESCUTAR, ESCREVER E TENTAR ELABORAR</b> .....	14
1.1	<b>Princesa</b> .....	16
1.2	<b>Marisa</b> .....	16
1.3	<b>Maria e Ana Foge</b> .....	17
1.4	<b>Nortista</b> .....	18
2	<b>PARA AJUDAR A SABER ALGO DO SOCIAL, UMA APOSTA NO INCONSCIENTE: O MÉTODO PSICANALÍTICO</b> .....	19
3	<b>O TRABALHO E SEUS OBJETIVOS</b> .....	23
4	<b>BREVE TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO E DA ATENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM FACE DAS MULHERES NO BRASIL</b> .....	25
4.1	<b>Os direitos humanos e as mulheres no Brasil dos anos de chumbo</b> .....	26
4.2	<b>Do espaço privado ao campo público</b> .....	27
4.3	<b>Dos movimentos sociais às Políticas Públicas de amparo às mulheres em violência doméstica no Brasil</b> .....	30
4.4	<b>Uma aposta na democracia para garantir às mulheres uma vida sem violência</b> .....	32
5	<b>UMA MULHER E UMA EXPERIÊNCIA DE ESCUTA</b> .....	38
6	<b>ALGUMAS CONSTRUÇÕES A PARTIR DA CLÍNICA</b> .....	60
6.1	<b>O território enquanto o lugar do sujeito</b> .....	60
6.2	<b>A repetição e além</b> .....	65
6.3	<b>Os gozos</b> .....	68
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78
	<b>PEQUENO GLOSSÁRIO DE PSICANÁLISE</b> .....	84

## INTRODUÇÃO

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), os espaços domésticos e familiares são, por excelência, lugares de morte para as mulheres - muito diferente da realidade dos homens, que quando submetidos à violência e ao homicídio, os experienciam em espaços não-domésticos. No Brasil, no ano de 2022, os números de registro de violência contra as mulheres atingiram os maiores patamares desde o início das publicações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2017. Em média, 673 mulheres se apresentaram, por dia, a alguma delegacia para registrar boletim de ocorrência por violência doméstica. Também aqui, em nosso país, os crimes de feminicídio cresceram 6,1% em relação ao ano de 2021. Os números, mesmo considerando análises que apontam para uma maior subnotificação em face dos crimes cometidos contra mulheres negras, também indicam que são as mulheres negras as que mais sofrem violência no âmbito familiar, assim como as mais vitimadas por feminicídio — 22,7% a mais em relação às brancas.

Ao longo de quase seis anos, atuei como psicóloga, praticante de psicanálise, em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS<sup>1</sup>, mais especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI<sup>2</sup>, ao qual compete o atendimento, dentre outros, às mulheres que vivenciam violência doméstica em parcerias amorosas e sexuais. A presente dissertação é fruto de uma pesquisa que se iniciou a partir de questões que emergiram ao longo dessa minha práxis<sup>3</sup>. Na minha atuação enquanto trabalhadora, comecei a estranhar a quantidade de mulheres que se encontram nessa experiência.

---

<sup>1</sup> O CREAS é um equipamento, de abrangência municipal ou regional, que abriga serviços cuja função é a realização de trabalho social com famílias e indivíduos em risco em virtude de ameaça ou violação de direitos (BRASIL, 2011).

<sup>2</sup> O PAEFI é um serviço que realiza acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Atua no sentido da promoção de direitos, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009, p. 29).

<sup>3</sup> De acordo com Marx (2008), a práxis consiste em um movimento dialético em que o humano se encontra em constante processo de reflexão acerca de sua atividade, afetando sua prática ao mesmo tempo em que é dialeticamente afetado por ela em seu pensamento, num processo de construção e reconstrução de si e do mundo ao seu entorno.

Nos territórios onde atuei, essas parcerias de violência são muito comuns e eu não conseguia compreender o porquê – já que a pobreza em si nunca me pareceu suficiente para responder a essa questão. Também passei a me interrogar ao perceber que, mesmo após a realização de intervenções das equipes, diversas mulheres acompanhadas em virtude da vivência de violência doméstica voltam a se colocar em parcerias amorosas nas quais tornam a ocupar uma posição de objeto de abuso do outro, seja nas mesmas, seja em novas parcerias amorosas.

A partir daí, comecei a reparar na movimentação das gestoras e das trabalhadoras<sup>4</sup> dentro do contexto institucional, as quais, mesmo diante das reincidências citadas acima, continuavam a ofertar as mesmas respostas padronizadas às demandas e aos impasses apresentados pelas usuárias. E também os operadores das demais Políticas Públicas, como Saúde e Educação, além de operadores do Direito, como promotores e juízes, parecem incorrer em certas insistências e repetições que permitem a manutenção de certo estado de coisas. A estas interrogações juntaram-se outras, como o amplo consentimento da população com o golpe de Estado que vivemos em 2016, perpetrado em face da única mulher que ocupou a cadeira da presidência na história de nossa nação. Também sobre as eleições de 2018 e o acirrado processo eleitoral que vivemos em 2022, o qual evidenciou um grande contingente de pessoas em nosso país que sustentam atentar violentamente contra si mesmas e, ainda, contra alguns outros. No momento em que escrevo esse texto, nosso país soma 705.546 mortos pela Pandemia de COVID-19... Como aceitamos tantas mortes? Penso que a esta aceitação se relaciona o consentimento com o genocídio em curso em nosso país, que dizima cotidianamente tantas pessoas negras e indígenas; e, certamente, com as violências, assassinatos, feminicídios aos gays, travestis, transexuais e mulheres.

A presente pesquisa orientou-se, portanto, a partir da seguinte hipótese: de que há algo da esfera pública que toca o privado em sua dimensão mais inominável, e que com esta se articula na repetição de determinadas formas de mal-estar em uma cultura.

---

<sup>4</sup> Ao longo desta dissertação, refiro-me às personagens que atuam nas Políticas Públicas (trabalhadoras, gestoras) no feminino em virtude de serem mulheres em sua absoluta maioria – fato este que não deixa de ter seus efeitos na dinâmica dos atendimentos.

## 1 ESCUTAR, ESCREVER E TENTAR ELABORAR

Nesse meu percurso como trabalhadora do CREAS, não pude deixar de escutar o modo como os discursos sociais circulavam no interior não só das equipes dos serviços de atendimento da Assistência Social, mas também de serviços vinculados a outras Políticas Públicas e órgãos da rede de atendimento. Sobre as mulheres que experienciam a violência doméstica com seus parceiros, era comum escutar das profissionais enunciados como:

— *Ela está muito fragilizada...*

— *O acompanhamento é o caminho para o empoderamento da usuária.*

— *Ela precisa se fortalecer para poder sustentar a decisão de romper com o agressor!*

— *Ela é usuária de drogas...*

— *Seria importante um atendimento psicológico, uma terapia.*

— *Parece que ela tem algum tipo de transtorno!*

— *Ela aparenta certa dificuldade de compreensão, parece um déficit intelectual...*

— *Ela é muito imatura!*

— *Ela é resistente.*

Também escutei, algumas tantas vezes, trabalhadoras dizendo que, em momentos nos quais as usuárias se encontravam muito *nervosas*, interrompiam a conversa para ofertar água e propor uma nova data para a continuidade do atendimento.

Mas o que essas mulheres que vivenciam a violência doméstica em suas parcerias amorosas e sexuais têm a dizer? E, quanto a nós, o que será que conseguimos escutar?

### 1.1 Princesa

O referenciamento do caso de Princesa e seus filhos para acompanhamento no CREAS deu-se por solicitação do Conselho Tutelar, uma vez que a escola e a Unidade Básica de Saúde (UBS) vinham realizando constantes denúncias de

negligência em relação aos cuidados de Princesa com seus seis filhos, sobretudo às três crianças mais novas. Logo que recebemos o caso, também tivemos notícias de que Princesa se encontrava num relacionamento no qual sofria violência doméstica por parte de Ramon, o pai dessas mesmas três crianças. Realizamos várias buscas por ela, através de visitas domiciliares e contatos com outros profissionais da rede de atendimento, mas a primeira vez em que Princesa esteve no CREAS foi logo após seus filhos terem sido levados para um serviço de acolhimento institucional – dois anos após o encaminhamento do caso em nossa equipe.

Numa primeira e longa entrevista inicial, realizada em trio por mim e por outras duas trabalhadoras, Princesa iniciou dizendo que queria seus filhos de volta, que seu sonho sempre foi ser mãe e que não havia sido criada pela sua:

— *Eu sinto muito ódio porque a minha mãe usava drogas e me entregou para o meu pai me criar.*

Mais adiante, Princesa disse que foi negligente com os filhos, pois estava muito envolvida com os problemas de Ramon com as drogas e estava sempre tentando cuidar dele, *tentando tirar ele dessa vida*. Princesa tocou, várias vezes, em sua relação com Ramon. Quando então lhe perguntei se gostaria de contar um pouco mais sobre o relacionamento, prontamente ela respondeu que não. Contudo, no curso de nossa conversa, Princesa seguia fazendo referências a essa relação amorosa. Ela falava, depois parecia resolver não falar mais e, de repente, se pegava novamente falando sobre o companheiro. Uma das coisas que ela declarou foi que, muitas vezes, Ramon chegava em casa *doído de droga* e forçava-a a ter relações sexuais. Um pouco adiante, referiu-se à droga como sendo um *carma* em sua vida: o pai usava, a mãe usava, os irmãos usavam e, por fim, Ramon também usava. Princesa relatou que quando sofreu um abuso sexual aos dezesseis anos, seu pai e seu irmão – este, um dos grandes chefes do poder paralelo local, segundo ela – mandaram assassinar o abusador. Um abuso sexual sofrido por uma das filhas e um filho de Princesa compôs também a justificativa para o encaminhamento do caso no PAEFI.

## 1.2 Marisa

Escolhi escrever sobre um dos últimos atendimentos que realizei a Marisa, que aconteceu em conjunto com outra trabalhadora. Tão logo o atendimento se iniciou, Marisa dirigiu-se à outra trabalhadora para falar de quando me revelou ter sofrido um abuso sexual na adolescência, acontecimento que até então ela não havia exposto a ninguém. Disse que depois de contar para mim, contou também para suas duas filhas, para o filho e para seu atual marido, e que este, a princípio, parecia ter compreendido e como que se solidarizado com a situação por ela vivenciada. Marisa foi falando rápido e angustiadamente de muitas coisas das quais ela precisaria dar conta. Declarou, desde o instante em que nos recebeu, que queria ir embora de casa, se separar, que *com Roberto não está dando mais, não*. Disse que Roberto a *estuprou* e também deu um chute em suas costas. Que ela *não queria ter relação com ele*, mas ele a forçou. Que ficou *deitada parada enquanto ele ficou lá*. Que depois ela lhe afirmou que aquilo era *estupro*, ao que ele respondeu que não – pois ela era sua mulher e ele, por ser homem do Norte, precisava satisfazer suas vontades sexuais.

Marisa disse ter revelado o ocorrido para a filha, Fernanda, de 13 anos, e que a menina discordou de que tivesse sido estupro, usando a mesma justificativa dada por Roberto. E declarou que escolheria ficar com o pai, caso os dois se separassem. Ao longo do atendimento, Marisa tocou repetidas vezes no *estupro* que viveu com seu ex-patrão na adolescência; no *estupro* que viveu com o ex-marido (ela se refere a Roberto como ex-marido desde que nos conhecemos, cerca de três anos atrás); no chute que levou de Roberto; e na relação que mantinha com Bruninho, seu único filho homem. Em algum momento, escutei Marisa dizer que gostava de Roberto, mas que não havia mais como permanecer com ele em virtude das coisas que ele vinha fazendo. Quando lhe contei sobre isso que eu havia escutado, ela prontamente discordou, disse que *não!* Que ela havia dito — *gostava dele, no passado*.

Nós oferecemos a Marisa um benefício eventual de auxílio moradia, com o qual ela poderia contar por alguns meses para começar a se organizar, caso decidisse se separar de Roberto. Mas Marisa repetia a afirmação de Fernanda sobre a intenção de permanecer com o pai caso houvesse a separação do casal. Eu pedi para que ela falasse um pouco mais sobre o motivo pelo qual essa posição de



Fernanda a havia tocado tanto e Marisa respondeu: *não queria abandonar minha filha*. Seguiu dizendo que o *pai* não sabia cozinhar e que a *filha* ficaria com fome. Insisti para que falasse mais e Marisa contou que não queria que acontecesse com Fernanda o havia acontecido com ela própria na adolescência, quando ficou *abandonada e com fome*. Nesse momento, Marisa chorou. Até hoje Marisa se mantém casada com Roberto.

### 1.3 Maria e Ana Foge

Era uma visita domiciliar. Maria nos recebeu na porta de seu barraco, como de costume. Ana tinha quatro anos de idade. Passadas algumas visitas domiciliares desde o início dos meus atendimentos com sua mãe, eu ainda não conhecia a voz de Ana. Pelas notícias que eu até então possuía a partir da escola, do CAPS IJ e da família, a menina apresentava uma grande dificuldade de fala e não conseguia articular as palavras em frases. Maria beirava o laconismo e resumia-se a afirmar que tudo andava bem, apesar dos problemas apresentados por Ana. Então, para minha surpresa, a criança dispara a falar: *Vai se fuder... Vou ligar para a polícia... Pode ligar! Liga aí então, sua vagabunda!*. Ana estava reproduzindo as discussões entre a mãe e o pai. Encenava as agressões sofridas por Maria com um pedaço de pau, repetindo incansavelmente os diálogos violentos: *Vai se fuder, vou ligar para a polícia...* – continuou.

— *Vou pegar a faca! Vou pegar a faca!* — prosseguiu Ana. Imediatamente, Maria admitiu: *Essa fala foi minha, numa das brigas com o Marcos*. De canto, a professora revelou que a primeira frase completa que escutara da boca de Ana havia sido: *Meu pai me bateu de cinta*. A menina, ainda imersa na encenação, encontrou no chão do barraco ao lado um pacote de lenços umedecidos e foi tirando um por um. Passou a esfregá-los nas finas vigas que sustentavam o que ainda restava da casa e um dia serviram para suportar as paredes agora inexistentes. Até que começou a arrancar os lenços aos montes e a espremê-los sobre as pernas, que estavam sujas de cocô. Enquanto víamos aquele líquido escorrer lentamente, Maria disse que era o aniversário de Ana, e desatou a chorar. Esta cena aconteceu poucos meses após o referenciamento do caso para acompanhamento pelo PAEFI, que hoje ultrapassa os cinco anos. De lá pra cá, Maria também passou a articular mais

palavras em frases durante as nossas conversas. Quando revelou que apanhava de Marcos com o cabo de vassoura enquanto estava gestante de Ana, e que Marcos já dava tapas nas pernas de Ana quando esta era ainda um bebê, Maria disse: *Marcos não gosta de meninas.*

#### 1.4 Nortista

As primeiras notícias que tive a respeito do caso de Nortista vieram de uma matéria do jornal da região, entregue a mim pela coordenadora do CREAS: *Um homem foi preso após descumprir uma medida protetiva e esfaquear a ex-companheira, na frente do filho do casal*, dizia a reportagem. Nortista era a mulher esfaqueada. As primeiras orientações, o Boletim de Ocorrência e a concessão da Medida Protetiva de afastamento, bem como o encaminhamento da mulher em uma unidade de acolhimento institucional, já haviam sido realizadas. Contudo, ninguém do CREAS pôde até aquele momento escutar algo de sua história. Logo nesse primeiro atendimento, Nortista manifestou que apanhava de Jorge desde o início da relação, que na ocasião já passava dos nove anos. — *Mas ele não me batia muito*, dizia. Nortista seguiu descrevendo que depois das pancadas vinha o *cuidado*: *Ele passava remédio, cuidava, fazia carinho e fazia as coisas de casa. Cuidado* é um significante a ser destacado em suas falas. No curso do atendimento, Nortista contou que, enquanto esteve no serviço de acolhimento, manteve contato com a família de Jorge e auxiliou para que o mesmo conseguisse um advogado que pudesse defendê-lo e ajudá-lo a sair da cadeia. Ela também revelou que não tinha sido a primeira vez que ela recebeu uma facada de Jorge.

Parece que é justamente em um contexto considerado de fragilidade, momentos nos quais a angústia pode comparecer, que as mulheres escutadas podem desvelar-se, deixando à mostra suas ambiguidades e dando notícias de um algo a mais que as fazem ficar nas relações com esses homens.

## 2 PARA AJUDAR A SABER ALGO DO SOCIAL, UMA APOSTA NO INCONSCIENTE: O MÉTODO PSICANALÍTICO

A questão da violência doméstica contra as mulheres, um dos efeitos do patriarcado, é historicamente abordada por filósofas e acadêmicas feministas, como Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Angela Davis, Judith Butler e Djamila Ribeiro, apenas para citar algumas delas. E os diálogos entre feminismo e psicanálise são, desde sempre, permeados por conflitos e tensões. Muito embora Freud seja tido, por importantes autoras feministas, como um grande misógino (Saffioti, 2015), ele foi um homem que se dedicou a escutar o que as mulheres tinham a dizer. O abuso sexual como algo do âmbito da fantasia e a inveja do pênis, por exemplo, são construções da psicanálise freudiana rigorosamente questionadas e atacadas pelas feministas – Beauvoir (1970) dedica todo o capítulo dois de *O segundo sexo: fatos e mitos* a tal tarefa. Tais críticas, debates e produções foram de fundamental importância para o ensino de Lacan.

O deslocamento do conceito de *pênis* para *falo*, esboçado pelo próprio Freud e trabalhado rigorosamente por Lacan, é parte importante do desdobramento que o psicanalista francês realizou na teoria psicanalítica, trabalho que carrega em si os efeitos dos debates com as feministas de sua época, como Luce Irigaray, Hélène Cixous e Catherine Clément. E se a princípio Lacan se dedicava a demonstrar que o que vinha sendo por elas atacado não era propriamente o que Freud havia construído, a partir do Seminário XI, todavia, Lacan passa a transmitir em seu ensino marcas de sua diferença com o pai da psicanálise. Se hoje é possível a separação entre feminilidade e histeria, amor e gozo, mulher e mãe, devemos muito às elaborações feitas por Lacan ao longo de quase quatro décadas de atividade clínica e produção teórica. Com isso, ele pôde, ao final de seu ensino, construir as fórmulas da sexuação – a partir das quais aponta o feminino e o masculino enquanto lugares discursivos. E, se Lacan sustenta essa construção na lógica paraconsistente<sup>5</sup>, cabe

---

<sup>5</sup> Newton da Costa, lógico e filósofo brasileiro, é um dos criadores da lógica paraconsistente, tendo recebido diversos títulos nacionais e internacionais por seus estudos e pesquisas nessa área. Diferentemente da lógica clássica, a lógica paraconsistente questiona o princípio da não contradição. Disponível em: <<http://folha.com/no1843543>>.

a nós reconhecer que ainda há muito a extrair das produções de Freud e Lacan, e que para tal não é possível prescindir do mais fundamental: a psicanálise enquanto uma experiência, como analisante e como praticante.

Freud (1933/2010e) chamou de *aplicações da psicanálise* ou *psicanálise aplicada* a proposta da psicanálise de lançar seu olhar para campos de conhecimento que dizem respeito à cultura, tais como a história, a etnologia e a religião, articulando-os com as questões psíquicas. Muitos psicanalistas sucessores de Freud, contudo, insistiram em reduzir a relevância da dimensão social no sujeito do inconsciente. Lacan, por sua vez, retorna a Freud quanto à compreensão de que toda a “psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (Freud, 1921/2011, p. 14) quando sustenta que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (1953, p. 270), incluindo aí a dimensão cultural na organiza os laços sociais entre os seres falantes.

Elegemos a psicanálise como método de intervenção em nossa práxis nas Políticas Públicas, enesta incluímos a pesquisa de mestrado que realizamos. Assim, partimos da perspectiva de que, “em psicanálise, pesquisa e tratamento coincidem” (Freud, 1912/2010f, p. 150), e de que “toda pesquisa no campo da Psicanálise é clínica, e toda clínica em Psicanálise é do mal-estar” (Manso et al., 2016, p. 1085). Sabemos que esse percurso não é dissociado de nosso próprio processo analítico, da nossa história e de nossos impasses. Assim, sobre nossa posição em relação à pesquisa que realizamos, assumimos a de *pesquisante*, pois segundo Luciano Elia, (2016, p. 2-3)

[...] o pesquisador da psicanálise terá tanto mais chances de fazer com rigor sua pesquisa quanto mais próximo estiver do lugar do analisante, ao invés de pretender o lugar do analista, prestigioso só em aparência, impróprio na verdade para sua empreitada. [trata-se aqui de] situar o sujeito não como produção, mas como trabalho.

Sobretudo nos primeiros anos de suas produções, Freud insistiu em tentar encaixar as suas descobertas nos cânones cientificistas. Lacan, por outro lado, provocava a ciência no sentido de uma abertura possível para conceber o sujeito enquanto dividido. Elia (2000) nos ajuda a lembrar que a própria noção de sujeito se constitui como um operador subversivo em relação ao campo científico. Assim, a sustentação de uma posição de analista-cientista seria um equívoco, pois faria escapar, de saída, o sujeito a ser escutado.

E, para quem não está acostumado com *clínica* e com *psicanálise* na Assistência Social, cumpre citarmos Emilia Estivalet Broide e Jorge Broide, importantes psicanalistas contemporâneos, com vasta atuação na referida política pública. E. Broide e J. Broide (2015, 2019a, 2019b, 2020, 2022) retomam o conceito freudiano de transferência e nos lembram que esta se encontra presente em quaisquer espaços onde há laço social, e não somente nos consultórios. Assim, nas mais diversas Políticas Públicas e nos mais variados serviços, o saber da psicanálise pode ser utilizado para pensar e operar com os seres de linguagem, podendo ser uma ferramenta interessantíssima na medida em que possibilita acolher e manejar os paradoxos e contradições inerentes à condição humana.

Quanto a nós, que estamos tratando de mulheres que vivenciam violência doméstica em suas parcerias amorosas, perguntamos: o que quer dizer a palavra *escuta*, presente em diversas normativas e orientações técnicas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS? Poderia o Direito ou a Assistência Social incluir o sujeito dividido? Por que será que parece difícil para nós, trabalhadoras, sustentar a escuta sem sentido diante da angústia das mulheres em vivência de violência? Ou, no limite, porquê será que nós facilmente incorremos na tentativa de encontrar um sentido, dar uma resposta ao que do outro (ou do Outro) parece escapar? Para nós, que escolhemos neste trabalho dar evidência à dimensão do inconsciente, tão comumente colocada para fora de cena, não há qualquer pretensão de individualizar ou reduzir a questão da violência doméstica contra as mulheres ao plano psíquico. Apenas escolhemos iniciar o nosso percurso enquanto pesquisante seguindo as pistas apresentadas por Elia (2005, p. 2), segundo o qual o próprio sujeito é “o lugar do real na estrutura do social”.

O material apresentado na presente dissertação é fruto de revisão bibliográfica; das notas do diário construído para escrever sobre as nossas experiências no CREAS; de supervisões e intervisões clínico-institucionais; anotações das aulas do Programa de Mestrado e de seminários disponíveis ao público em plataformas digitais; bem como dos encontros das Formações Clínicas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> As Formações Clínicas do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo são um conjunto de atividades, incluindo cartéis, módulos de leitura e redes de pesquisa e transmissão em psicanálise, das quais participam membros da escola e psicanalistas em formação. Para realizar uma formação nesta escola, é necessário possuir graduação em qualquer área do conhecimento.

Importante mencionar, ainda, que as notas do diário foram construídas a partir de variadas experiências de escuta: atendimentos individuais e coletivos realizados dentro e fora da unidade, audiências, reuniões e outros contextos compreendidos pelo acompanhamento do serviço no qual eu atuava.

### 3 O TRABALHO E SEUS OBJETIVOS

Após apresentarmos as questões que nos levaram à pesquisa, contextualizamos, com um breve histórico, como os movimentos sociais de mulheres conseguiram chamar a atenção o bastante para que a questão da violência doméstica contra as mulheres passasse a ser compreendida como um problema social em nosso país. Após, apontamos alguns caminhos percorridos pelo Estado brasileiro, pressionado por esses movimentos sociais, na construção de Políticas Públicas de atenção à problemática da violência doméstica sofrida por mulheres em suas parcerias amorosas. O objetivo é, portanto, compartilhar uma perspectiva sobre como a violência doméstica contra as mulheres saiu da esfera privada para tornar-se pauta no campo público em nosso país. Nesse contexto, apresentamos a Política de Assistência Social, uma vez que foi a partir da experiência enquanto trabalhadora dessa Política que desenvolvemos nossa pesquisa.

Em seguida, apresentamos algumas memórias de uma experiência de escuta que vivenciamos com uma mulher acompanhada por nós em virtude de sua vivência de violência doméstica numa parceria amorosa. Depois de escrevermos sobre diversos atendimentos, realizados a diferentes mulheres, escolhemos tratar de nossa experiência com Nortista. Nortistas são mulheres comuns nos territórios periféricos onde a Assistência Social frequentemente atua. E compreendemos que a experiência de escuta que tivemos com Nortista, uma mulher singular, pode contribuir para transmitir às colegas trabalhadoras da referida Política Pública (e de outras Políticas, também) algo da forma de funcionamento da dimensão psíquica de um sujeito – esse é o objetivo do capítulo. Experiências vividas com colegas da rede setorial e intersetorial de atendimento e acompanhamento também foram evocadas (desde esta introdução, na verdade) e encontram-se presentes por compreendermos que elas são valiosas no sentido de dar mostras de uma posição comumente assumida quando estamos diante da inconsistência apresentada pelo outro (ou pelo Outro).

Ao final do trabalho, apresentamos algumas construções realizadas por nós a partir de nossa experiência de escuta de Nortista e, certamente, de outras. Para tal,

sustentamo-nos na psicanálise de Freud e Lacan, mas também invocamos Milton Santos, Emilia Estivalet Broide, Luciano Elia e Miriam Debieux Rosa para nos ajudarem a pensar o território, a repetição e o gozo. Deste modo, o objetivo do capítulo é articular as experiências de escuta às elaborações teóricas e conceituais das autoras e autores citados. Apostamos que desse modo poderemos oferecer alguma contribuição para os processos de trabalho das equipes de atendimento às mulheres em violência doméstica e, conseqüentemente, para os desdobramentos das Políticas Públicas direcionadas às mulheres.

Outras indagações também aparecem neste texto, questões que levantei no curso da pesquisa e que, por ora, seguirão me acompanhando no curso de minha trajetória como trabalhadora e pesquisante.



#### 4 BREVE TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO E DA ATENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM FACE DAS MULHERES NO BRASIL

Na antiga economia doméstica comunitária que abrangia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar confiada às mulheres era uma indústria tão pública, tão socialmente necessária quanto a obtenção de alimentos, de que estavam encarregados os homens. Essa situação se alterou com a família patriarcal e ainda mais com a família monogâmica. A administração do lar perdeu seu caráter público. A sociedade já nada mais tinha a ver com ela. A administração do lar se transformou em serviço privado. A mulher se converteu na primeira criada e foi afastada da participação na produção social (Engels, 1884, p. 94).

Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, se dedica a dar provas de que nem sempre, na história da humanidade, as mulheres ocuparam um lugar de subserviência em relação aos homens. Ele faz referência aos estudos de Morgan a respeito de povos originários americanos, que trazem notícias de sociedades que se baseavam em formas de parentesco bastante distintas das que conhecemos hoje. Nestas, as práticas sexuais se exerciam fora dos limites por nós reconhecidos como morais, nos quais o ciúme e o incesto não se apresentavam enquanto questões problemáticas. Engels (Ibidem) aponta que em todas as organizações tidas como selvagens e, também, bárbaras, as mulheres eram livres e respeitadas, e afirma que “a derrocada do direito materno foi a derrocada do sexo feminino na história universal” (Ibidem, p. 75) – referindo-se às mudanças nas formas de organização de laços sociais que substituíram a mulher pelo homem enquanto referência em termos de filiação.

*Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem [...] A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e de morte sobre todos eles [...]. Essa forma de família mostra a transição do casamento pré-monogâmico para a monogamia. Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, a mulher é entregue incondicionalmente ao poder do homem. Mesmo que ele a mate, não faz mais do que exercer um direito seu (Ibidem, p. 76, grifos nossos).

Este modelo de família monogâmica, forjado na civilização romana, se reafirma com o advento do capitalismo burguês, mantendo a perspectiva do controle dos corpos das mulheres para garantir a legitimidade do direito à herança do patrimônio paterno. Ao mesmo tempo, o *espaço doméstico*, gradativamente, perde

relevância pública com o surgimento do capitalismo industrial. Desta forma, as sociedades ditas civilizadas seguiram um percurso que construiu um lugar de inferioridade para as mulheres (Engels, 1884; Davis, 2016). Nessa perspectiva, não é de se espantar que em nosso país, até os anos de 1970, fosse bastante comum a absolvição de homens pelo assassinato de mulheres – esposas, companheiras, namoradas ou, ainda, amantes, sob justificativa de legítima defesa da honra. Conforme Koerner *apud* Blay (2003), o *Livro V das Ordenações Filipinas* concedia ao homem do Brasil Colônia e, posteriormente, do Brasil Império, permissão para assassinar a esposa em caso de adultério desta. Na mesma linha, a legislação subsequente, nomeada de *Código Criminal*, de 1830, suaviza o crime de homicídio quando praticado pelo marido em face da esposa tida como *adúltera*.

#### 4.1 Os direitos humanos<sup>7</sup> e as mulheres no Brasil dos anos de chumbo

No cenário internacional, o ano de 1975, é tido como *O ano da mulher*, momento em que ocorreu a *I Conferência Mundial sobre a Mulher*<sup>8</sup>, marcando o início de um período nomeado como *A década das Nações Unidas para a Mulher (1975-1985)* (Sagot, 2000). No âmbito nacional, em 1978 tivemos a revogação do AI-5, e com isso o término oficial do período mais repressivo e sangrento da ditadura militar. Maria Amélia de Almeida Teles, feminista perseguida e presa pela ditadura, aponta que “Foram também as mulheres vinculadas aos agrupamentos de esquerda que articularam os primeiros passos para a anistia dos presos e perseguidos políticos. Foi mais uma iniciativa feminina de criar espaços de denúncia da violação dos direitos humanos no Brasil” (2017, p. 165). No ano de 1979 tivemos dois marcos de suma importância para a luta das mulheres: O *Congresso da Mulher Paulista*, organizado por “mulheres donas-de-casa, operárias e intelectuais” (Teles, 2017, p. 123) e *A Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta convenção, da

---

<sup>7</sup> Alyson Mascaro (2017, p. 116) afirma que para encontrar resguardo sob a égide dos direitos humanos, um humano precisa deixar sua condição de “dado da natureza” para ser investido na qualidade de um “sujeito de direitos”. Ele aponta ainda que a concepção de sujeito de direitos é forjada no contexto da criação das sociedades capitalistas, quando um humano, que antes tinha sua mão de obra explorada pelo senhor escravocrata, passa a ser investido enquanto unidade jurídica individual e livre e, com isso, competente para acordar com o seu patrão a venda de seu trabalho.

<sup>8</sup> Esteve ligada com o movimento pela anistia, protagonizado no Brasil por muitas mulheres.

qual o Brasil brevemente tornou-se signatário, consiste no primeiro tratado internacional a dispor sobre os direitos das mulheres no bojo dos direitos humanos.

Mesmo compartilhando da compreensão de que os movimentos de mulheres carregam uma pluralidade e que, portanto, não são passíveis de enquadramentos, tanto Teles (2017) quanto Pinto (2003) apontam uma diferença fundamental que marcava duas perspectivas distintas de movimento protagonizados por mulheres até meados da década de 1970. As mulheres de classe média, sob influência das feministas estadunidenses e europeias, passaram a problematizar os papéis de gênero. Tais questionamentos eram o eixo central da organização dessas mulheres, a partir do qual elas levantavam discussões a respeito desses papéis e seus efeitos específicos sobre os corpos das mulheres. Enquanto isso, as mulheres periféricas se reuniam sustentando os lugares por elas ocupados de dona-de-casa, mãe, esposa. Não estava na perspectiva destas o questionamento ou a desconstrução dos referidos papéis. As mulheres mais empobrecidas discutiam questões do contexto de vida geral, como a carestia e a anistia, bem como as dificuldades de acesso da comunidade em que viviam à saúde e à educação. Contudo, Pinto (2003) aponta que a distância entre essas duas perspectivas passou a diminuir progressivamente e nesse contexto inaugura-se o que ela chama de *Novo feminismo*<sup>9</sup>.

De qualquer forma, no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens de esquerda (Pinto, 2003, p. 66).

## 4.2 Do espaço privado ao campo público

---

<sup>9</sup> Pinto (2003) divide em dois períodos distintos os movimentos de mulheres no Brasil. O primeiro seria marcado por reivindicações e lutas pelo direito de exercício da cidadania, que tem sua expressão num país republicano como o Brasil por meio do direito ao voto. O segundo momento, surgido no seio da ditadura militar, tem relação direta com a vinda de ideias feministas dos Estados Unidos e da Europa, por meio de brasileiras que estiveram no exterior. Partindo da ideia de gênero como uma construção social, este movimento desenvolve-se enquanto luta pelo reconhecimento de direitos das mulheres como direitos humanos.

Teles (2017) destaca dois acontecimentos a partir dos quais o tema da violência doméstica contra as mulheres passou a tomar<sup>10</sup> espaço na cena pública. Ela se refere ao espancamento sofrido por uma mulher em São Paulo, esposa de um conhecido intelectual e professor universitário, e ao assassinato da *socialite* mineira Ângela Diniz, em 1976, pelo seu ex-parceiro, conhecido como Doca Street, em Búzios, Rio de Janeiro. Em defesa do réu, o advogado Evandro Lins e Silva ressuscitou<sup>11</sup> a tese de *legítima defesa da honra*, que atribui à vítima a culpa do crime, levantando suspeitas e julgamentos morais sobre o seu comportamento, atribuindo à morta a perda do controle de si e o empuxo à destrutividade.

Blay (2003) comenta que a repercussão do caso de Ângela Diniz foi internacional. Ela, assim como Brazão e Oliveira (2010), afirma que a ampla divulgação<sup>12</sup> desses casos ajudou a impulsionar as ações dos movimentos feministas.

A mulher brasileira até então se mantinha calada frente à violência doméstica. Capaz de denunciar corajosamente as torturas e assassinatos cometidos pela polícia, omitia a violência praticada contra ela própria pelo seu marido ou companheiro. As feministas denunciavam a violência doméstica e sexual, sem, contudo, mostrar casos concretos, como uma mulher assassinada pelo companheiro ou uma mulher visivelmente espancada, o que fazia com que jornalistas e lideranças de esquerda alegassem que elas apenas copiavam as européias, porque “lá, sim, é que tem esse tipo de violência” (Teles, 2017, p. 136).

Teles (2017) acredita que além de trazerem o debate a respeito da violência doméstica contra as mulheres para o campo público, a emergência desses dois casos – e dos demais que vieram à tona em sequência – trouxe outras contribuições importantes. Ela se refere ao fato de que tais casos envolviam mulheres de classe média. Isso contribuiu para iniciar desconstruções importantes a respeito de uma

---

<sup>10</sup>De acordo com as autoras por nós visitadas, a questão da violência doméstica ganhou pauta no debate público nesta época, mas movimentos de mulheres dos anos de 1920 e 1930, no contexto da Primeira Onda Feminista, em conjunto com alguns homens operadores do direito, já levantavam debates sobre o problema do assassinato de mulheres por seus maridos (Blay, 2003).

<sup>11</sup> Em 21 de maio de 1926, Rosalina Buccironi, filha de sapateiro, foi morta com quatro tiros por seu marido Tubal Vilela da Silva, em Uberlândia-MG. Ela tinha 19 anos e estava grávida de seu terceiro filho. O motivo alegado foi a suspeita, nunca confirmada, de traição. O júri, composto apenas por homens, absolveu-o por unanimidade (Fonte: Rafaella Peres dos Santos - <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35877/3/AnáliseHistóricaLeg%C3%ADtima.pdf>).

<sup>12</sup> iniciada por mídias construídas pelas próprias feministas, como os jornais *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio* (Teles, 2017)

concepção que estava dada sobre a violência: um fenômeno específico de pessoas moradoras de periferia, usuárias de drogas, e, negras.

A transição entre as décadas de 1970 e 1980 foi de efervescência política no Brasil. Vivenciávamos greves, muitas delas protagonizadas por mulheres, como as da fábrica De Millus, no Rio de Janeiro, e a das metalúrgicas em São Bernardo do Campo (Teles, 2017). Os processos de luta pela redemocratização do país estavam aquecidos, e também neles havia forte presença das mulheres (Pinto, 2003). Nessa época, mulheres construíram diversos movimentos, sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos, onde muitas delas se juntavam para tratar de temas relacionados ao aumento do custo de vida – condição que passou a se agravar com o avanço das políticas econômicas associadas ao desenvolvimento industrial desenfreado (Teles, 2017; Pinto, 2003).

No início da década 1980 o tema da violência doméstica contra as mulheres ganhou uma amplitude ainda maior, época em que a frase “O silêncio é cúmplice da violência”, tornou-se um dos grandes lemas do movimento. No ano de 1980 aconteceu o *II Congresso da Mulher Paulista*, e, de acordo com Teles (2017), foi neste evento de maior porte que se iniciaram “timidamente” os debates a respeito das questões das mulheres negras no Brasil. Segundo a autora, foi também a partir deste Congresso que as mulheres organizaram o primeiro evento no qual o tema da violência doméstica contra as mulheres teve um lugar central, junto à questão do controle de natalidade<sup>13</sup>. Ocorrido apenas três meses depois, o evento ficou conhecido como o *Encontro de Valinhos*. Os partidos políticos, dos quais muitas das mulheres feministas faziam parte, eram, contudo, contrários ao fomento ao debate sobre tais temas – por eles (homens) considerados de menor importância – sob a justificativa de receio de cisões na classe operária (Teles, 2017), e “enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas” (Pinto, 2003, p. 51). Teles (2017) e Pinto (2003) compartilham compreensões semelhantes a respeito das relações entre os

---

<sup>13</sup>Nessa época, o Estado brasileiro, ainda sob o jugo da ditadura empresarial-militar, que só se encerraria em 1985, vinha insistindo na operacionalização de políticas higienistas em face das mulheres negras. Tais ações envolviam a prática de laqueadura de maneira abrupta e sem o consentimento das submetidas.

movimentos feministas e os partidos políticos no Brasil. Ambas afirmam que as lideranças – homens – dos partidos e sindicatos insistiam na posição de que a luta pelos direitos das mulheres deveria ser tomada como algo secundário em relação a uma bandeira maior, relativa ao combate à exploração capitalista. As autoras afirmam que durante o período efervescente ao qual nos referimos, as feministas se situavam numa zona delicada. Para as autoras referidas, o início do processo de redemocratização, com a legitimação dos partidos políticos e a inserção das mulheres feministas em alguns deles, contribuiu para a dissolução de certa unidade existente entre os movimentos feministas. Ainda assim, no que se refere à violência doméstica contra as mulheres, destacamos que

Nos anos de 1970 e de 1980, as feministas foram às ruas, em manifestações de protestos e de denúncia da violência sexista e da ordem patriarcal que mantém até os dias atuais as mulheres sob constante ameaça e suspeição. Dessa forma, *o feminismo começou a politizar o cotidiano, tirando a violência doméstica e familiar do campo meramente privado e a levando ao espaço público* (Teles, 2017, p. 288, grifos nossos).

#### **4.3 Dos movimentos sociais às Políticas Públicas de amparo às mulheres em violência doméstica no Brasil**

Conforme Teles (2017), foi a partir do *Encontro de Valinhos* que, em outubro de 1980, na cidade de São Paulo, foi inaugurado o primeiro *SOS Mulher* no Brasil. Trata-se de uma iniciativa de feministas brasileiras, inspirada em experiências de feministas inglesas e francesas (Gregori, 1993, p. 18). O *SOS Mulher* de São Paulo<sup>14</sup> foi a primeira empreitada de um espaço de amparo para as mulheres que sofrem violência em nosso país. A intenção de propor uma resposta em ato para isso que estava começando a ser encarado enquanto um fenômeno social foi o que motivou essas feministas a construir um lugar onde as mulheres pudessem passar pela

---

<sup>14</sup> Na presente dissertação, a capital paulista se destaca enquanto pioneira na organização de movimentos feministas, bem como na construção de dispositivos de atendimento às mulheres em violência doméstica. Cabe ressaltar que essa é a história apresentada pelas autoras por nós visitadas, participantes, em sua maioria, de movimentos feministas na própria São Paulo. A influência de ideias estrangeiras, vindas para o Brasil com mulheres de São Paulo e do Rio de Janeiro, que tiveram oportunidade de viver alguns períodos no exterior, também é um fator relevante que ajuda a explicar esse certo protagonismo das mulheres do eixo Rio-São Paulo. No mais, cabe comentar que as cidades de Campinas, Santos e Belo Horizonte também aparecem nos estudos de Teles (2017), enquanto locais onde mulheres realizaram experiências importantes para o avanço dos direitos de seus direitos humanos, num *time* que acompanhava o de São Paulo.

experiência de um “processo de conscientização” (Gregori, 1993, p. 15). Para Diniz (2006), a compreensão que as feministas tinham a respeito do papel do Estado ainda não incluía, necessariamente, a oferta de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Elas “acreditavam que as próprias feministas deveriam atender e, sobretudo, propor uma reflexão sobre a condição feminina, que facilitasse que estas mulheres dessem um salto de consciência e superassem seu lugar de submissão” (Ibidem, p. 18). Em seu texto, Diniz compartilha trechos de entrevistas realizadas com feministas que fizeram parte dos movimentos da época. Uma delas diz o seguinte:

A violência era concebida de uma maneira muito ampla. Nós, em nenhum momento, admitimos nenhuma atenção mais técnica ou um pronto atendimento com psicólogo, advogado, assistente... Para nós isso era assistencialismo, não tinha nada a ver com a nossa proposta feminista (Ibidem, p. 18).

Em 1983 o governo de São Paulo criou o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher - COJE, e em 1985 foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência - DEAM, ambos na capital do estado. Estes foram os primeiros serviços geridos pelo Estado direcionados ao atendimento de mulheres em violência doméstica no Brasil (Passinato & Santos, 2008). Também foi nesta época em que se iniciou a criação de Casas Abrigo para mulheres em violência doméstica.

Com a criação dessas delegacias, a demanda, antes reprimida, começa a aflorar nas estatísticas policiais de norte a sul, permitindo trazer à tona uma realidade anteriormente oculta. Surgiu a possibilidade de estabelecer com maior precisão os diferentes crimes contra a mulher [...] Sem dúvida, passou-se a dar ênfase à violência doméstica encoberta há séculos no nosso país sob o manto da *sagrada família, que visa a proteger a mulher e oferecer seu bem-estar* (Teles, 2017, p. 140, grifos nossos).

A questão da violência doméstica contra as mulheres era localizada, nesse contexto, numa perspectiva da Segurança Pública, e sustentada, portanto, na lógica da criminalização (Silveira, 2006). Saffioti (2015), em uma pesquisa realizada entre 1988 e 1992, que envolveu compreender a forma como os casos das mulheres eram atendidos nas DDMs, aponta que “na maioria das vezes, quando a mulher procurava uma DDM, na verdade, esperava que a delegada desse uma ‘prensa’ em seu marido agressor, a fim de que a relação pudesse se estabelecer em novas bases (leia-se

harmoniosa)” (Ibidem, p. 92). Na tentativa de explicar o porquê desse movimento por parte das mulheres, a referida autora aponta, primeiramente, os afetos e, em segundo lugar, a dependência financeira – que atinge as mulheres de uma forma específica nas sociedades de classe.

Para Santos e Izumino (2005) localizar a mulher enquanto *vítima* é o que possibilita a instauração de processos judiciais nos quais o autor da violência passa a ocupar a posição de réu. Pinto (2003) aponta que reconhecer a mulher comovítima foi fundamental no sentido de permitir a ela o acesso aos serviços públicos que passaram a ser de competência do Estado. Contudo, já na década de 1980, Marilena Chauí colocou uma questão sobre esse lugar de vítima atribuído à mulher, ao apontá-la enquanto cúmplice da violência, sem deixar de ressaltar o contexto no qual há uma relação de desigualdade e dominação do homem (Santos & Izumino, 2005). Cerruti e Rosa (2008) articulam o discurso jurídico, seu caráter e práticas universalizantes, às repetições das experiências de violência vivenciadas pelas mulheres, na medida em que estes não levam em consideração a posição subjetiva delas.

#### **4.4 Uma aposta na democracia para garantir às mulheres uma vida sem violência**

A década de 1980 foi de transição. O Brasil experienciava o término da ditadura empresarial-militar, iniciada em 1964, e os movimentos sociais reivindicavam um novo pacto civilizatório. Em agosto de 1986 aconteceu o *Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte*, que contou com a presença de mais de 1500 mulheres (Teles, 2017, p. 147), e a partir do qual se construiu a *Carta das mulheres brasileiras aos constituintes*. Essa Carta contemplava pautas dos diversos movimentos organizados por mulheres, de todas as partes do país, e foi um instrumento de suma importância para a formalização dos nossos direitos na Constituição de 1988. Pinto (2003, p. 75, grifos nossos) aponta para a singularidade desse documento em relação aos demais da época, pois ao tratar da questão da violência doméstica contra a mulher implica a responsabilidade do Estado pela “defesa da integridade física e *psíquica* das mulheres”.



Junto ao investimento em encontros e debates para a elaboração dessa Carta, as feministas fizeram-se presentes no curso dos trabalhos do legislativo responsável pela nova Constituição. Essas mulheres não estavam lá como deputadas, representantes eleitas, mas enquanto participantes de movimentos sociais organizados, fazendo pressão sobre os legisladores (Pinto, 2003, p. 76). Dentre as pautas estava a criação de um sistema único de saúde, bem como o oferecimento, por parte do Estado, de acesso gratuito à educação (Brazão & Oliveira, 2010; Santos & Izumino, 2005; Pinto, 2003). Teles (2003) destaca que a grande parte das propostas elaboradas pelas mulheres foi contemplada no texto constitucional, sendo a principal exceção o direito ao aborto. Como vimos demonstrando, o movimento de progresso em relação ao reconhecimento dos direitos das mulheres em nosso país aconteceu sob forte influência e articulação com os debates e acordos internacionais. Destes, além dos já citados, destacamos a *Conferência Mundial de Direitos Humanos*, ocorrida em 1993 em Viena; a *Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos*, realizada em 1994 – e na qual se firmou a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres*, conhecida como *Convenção de Belém do Pará*; e a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, ocorrida em 1995 na cidade de Beijing.

A década de 1990 inaugura uma época de emergência de governos progressistas<sup>15</sup> em vários locais do país. Na gestão do município de São Paulo, com a então prefeita Luíza Erundina, criou-se a Casa Eliane Grammont - o primeiro Centro de Referência para o atendimento às mulheres em situação de violência em nosso país (Diniz, p. 30). Silveira (2006, p. 52) aponta que a perspectiva que orientava os trabalhos na Casa não era a da “mulher vítima de violência”, mas a da “mulher envolvida em situação de violência”. A elaboração de Centros de Referência, de execução governamental, representava um outro momento. Neste, as feministas já concebiam um papel para o Estado no que se refere à construção de Políticas Públicas para o atendimento de mulheres por equipes multiprofissionais,

---

<sup>15</sup> Parece haver uma relação entre a construção de dispositivos inovadores de acolhimento para sujeitos em situação de desamparo e governos progressistas. Elisabeth Ann Danto, no livro *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social* nos fala sobre a experiência da construção de clínicas públicas de psicanálise, em diversos países da Europa, entre os anos de 1920 e 1930, nas quais se realizavam atendimentos gratuitos. Tais dispositivos, contudo, deixaram de existir com a emergência e avanço do fascismo.

para além de intervenções dos setores da Segurança Pública e, também, do Poder Judiciário. Sobre tal tema, Pinto (2003) e Diniz (2006, p. 25) apresentam compreensões semelhantes. Diniz afirma que “Nessa transição há uma certa perda de controle, uma perda de criatividade e de radicalidade. Essa perda seria inevitável? Na prática houve uma certa redução, uma re-descrição desta ideia, de sua radicalidade criativa, para que coubesse nos limites institucionais”. Silveira (2006) aponta que os Centros de Referência de atendimento para mulheres em violência doméstica passaram a utilizar a metodologia de Lenore Walker<sup>16</sup>, a qual se baseia na ideia de *ciclo da violência*, conhecimento bastante difundido e ainda hoje muito utilizado pelas equipes nos serviços de atendimento às mulheres em violência doméstica.

Diniz (2006), Silveira (2006), Brazão e Oliveira (2010) apontam o crescimento dos dispositivos públicos para o atendimento às mulheres em violência doméstica ao longo da década de 1990, com o início da implementação de sistemas de Seguridade Social previstos na Constituição de 1988, como o Sistema Único de Saúde, o SUS. Contudo, ao mesmo tempo em que vivenciávamos uma tentativa de construção de Políticas Sociais, no seio dos debates a respeito dos direitos das mulheres e dos direitos humanos em geral, verificamos um recrudescimento do modo de produção capitalista, com a aceleração da ofensiva neoliberal. Para Diniz (2006), apesar dos avanços obtidos em relação aos direitos humanos, o avanço do neoliberalismo impediu que um modelo político-econômico de *Estado de bem-estar social* pudesse avançar em sua implementação. Tal situação produz efeitos específicos sobre as mulheres, em especial sobre as negras. Silvio Almeida (2019), ao abordar a questão do racismo estrutural, demonstra que a mulher negra, localizando-se na base da sociedade capitalista, torna-se alvo das maiores violações de direitos humanos.

Na Constituição de 1988, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS compõe, junto com o SUS e a Previdência Social, o tripé da Seguridade Social. Contudo, existem algumas especificidades que distinguem os três. Enquanto o SUS

---

<sup>16</sup>Lenore Edna Walker é uma psicóloga estadunidense. Foi professora universitária na área de psicologia jurídica, e é a responsável pela esquematização do que nomeou como *ciclo da violência*. De acordo com a proposição dela, o ciclo é composto por três fases: 1. Aumento de tensão, 2. Agressão 3. Reconciliação. Walker possui um site próprio: <<https://www.drlenoreewalker.com/about/>>.

consiste em um sistema de acesso universal, a Previdência é garantida aos seus contribuintes e o SUAS é destinado a quem dele *necessitar*<sup>17</sup>. Em sua Lei Orgânica, aprovada em 1993, a Assistência Social aponta como parte de seus objetivos a “proteção à família” e “à maternidade” (Brasil, 1993), e é a partir desses significantes – “família” e “maternidade” – que as mulheres brasileiras têm seu atendimento concebido por essa Política Pública. Existem diversas autoras, como Aldaiza Sposati (2002), Maria do Carmo Falcão (2002), Sônia Mara Teixeira Fleury (2002), Maria Carmelita Yazbek (2007) e Ana Elisabete Mota (2010), apenas para citar algumas, que apresentam ricas críticas a respeito da perspectiva focalizada e fragmentada da Assistência Social. Num apanhado geral, essas pesquisadoras apontam um processo de desinvestimento do Estado em Políticas Públicas universais e, em contrapartida, uma ampliação da Assistência Social numa perspectiva de controle dos pobres. Tal direcionamento escancara uma normalização, por parte do Estado, da condição de pobreza e miserabilidade, na qual são lançadas cada vez mais pessoas, enquanto efeito da condução política-econômica ditada pelo capitalismo. Não nos interessa aqui adentrar em tal debate, contudo, acreditamos que seja pertinente apresentá-lo em conjunto com a Política de Assistência Social, uma vez que é nela em que se localiza parte importante dos serviços voltados ao atendimento de mulheres em violência doméstica em nosso país atualmente.

No início da década de 1990, alguns municípios criaram Coordenadorias específicas para Mulheres, nas quais se localizavam, por exemplo, os Centros de Referência de atendimento às mulheres. Em alguns locais, como é o caso do município de Santos, houve a criação de uma Coordenadoria Especial da Mulher, em 1992, na qual se localizava a Central de Atendimento à Mulher. Tal Coordenadoria, em 1994, foi integrada à Assistência Social do município. Silva e Ferreira (1996) apontam que a Central de Atendimento à Mulher trabalhava na perspectiva da superação da violação de direitos humanos impingida às mulheres que sofriam violência doméstica ou urbana. Elas apontam que a não colocação desse serviço no âmbito da política de saúde foi pensada com o intuito de evitar a psiquiatrização e a psicologização das questões trazidas pelas mulheres. Para as

---

<sup>17</sup> Para Sposati (2002), os necessitados são os cidadãos, que por algum tipo de *incapacidade*, apresentam necessidades de ordem financeira, as quais poderão ser parcialmente supridas pelo Estado.

autoras, que eram trabalhadoras desse serviço, as demandas das mulheres em relação à violência eram encaminhadas por meio de intervenções que visavam a “*promoção de direitos*” (Ibidem, p. 85, grifos nossos).

Nos anos 2000 passa a ganhar maior força a ideia de construção de redes de atendimento, o que parece exprimir, de alguma maneira, uma concepção de retirada do foco de atendimento das Delegacias e Abrigos. Para Silveira (2006, p. 55), num balanço realizado pelas feministas que protagonizaram os SOSs, já se ressaltava a necessidade de construção de “políticas públicas que reconheçam a violência contra a mulher como uma situação de *vulnerabilidade social*”. Gregori (1993) aponta que a maior parte das mulheres que procuravam o SOS São Paulo eram “populares” – isto é, pobres, desamparadas economicamente. No horizonte da construção de redes de atendimento que pudessem incluir um enfoque na população mais vulnerabilizada do país, o Partido dos Trabalhadores - PT deu seguimento<sup>18</sup> à construção do SUAS e, em 2005, houve o lançamento da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Nesta, verificamos a elaboração da ideia de Proteção Social para a referida Política, que apresenta a Assistência Social como responsável pelo atendimento de todas as pessoas em situação de violência no âmbito doméstico e familiar.

No ano de 2006 tivemos a promulgação da *Lei Maria da Penha*, primeira legislação brasileira a tratar especificamente da violência doméstica e familiar contra as mulheres. A Lei foi sancionada após a condenação do Brasil em instâncias internacionais, visto Maria da Penha ter sofrido violências domésticas recorrentes e duas tentativas de feminicídio, por parte de seu então parceiro, sem que o Estado brasileiro se responsabilizasse pela sua proteção. Apontada por juristas enquanto uma legislação bastante avançada, a Lei Maria da Penha convoca a oferta de serviços das diversas Políticas Públicas para o atendimento das mulheres em violência doméstica – compreendida a partir de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Todavia, temos vivenciado em nosso cotidiano o fato de que a sua aplicação ainda deixa muito a desejar. Podemos citar alguns exemplos, como a dificuldade em lavrar um boletim de ocorrência por violência doméstica com

---

<sup>18</sup> Aqui vale mencionar que desde a assinatura da Lei Orgânica de Assistência Social, em 1993, os governos que estiveram à frente da máquina do Estado não realizaram investimentos para a consolidação da referida Política Social. Foi apenas no governo referido que a Assistência Social passou a ganhar corpo de Política de Estado.

ausência de violência física, a ausência de Varas especializadas em violência doméstica contra a mulher, e as penas irrisórias aplicadas em diversos casos sentenciados, mesmo quando estes envolvem a prática de violência física de maneira ostensiva por parte dos réus<sup>19</sup>. Ainda no âmbito das leis, não poderíamos deixar de mencionar a *Lei do Femicídio*, sancionada no ano de 2016 por Dilma Rousseff – primeira e única mulher a exercer a presidência em nosso país, destituída de seu posto por um golpe. A Lei do Femicídio atribui aos assassinatos de mulheres a dimensão do ataque específico ao feminino, e acentua a pena imputada aos réus.

Voltando à Política de Assistência Social, oito anos após a PNAS, é lançada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da qual normatiza-se a estrutura de atendimento do SUAS, ocasião em que é formalizado o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Os CREAS são hoje, em diversos municípios e regiões, as unidades responsáveis pelo atendimento e articulação da rede de Políticas Públicas para as mulheres em violência doméstica. É a partir de nossa experiência como trabalhadora de um CREAS que pudemos realizar a escuta a diversas mulheres que vivenciavam violência doméstica, as quais nos conduziram à pesquisa que se inscreve na presente dissertação.

---

<sup>19</sup> O caso que será apresentado e tratado nos capítulos seguintes traz um exemplo disso.

## 5 UMA MULHER E UMA EXPERIÊNCIA DE ESCUTA

Mas o inconsciente existe apenas na medida em que seja escutado.

Somente se isso que é dito encontra um bom entendedor, alguém que não o afogue no marulho do sentido, alguém que resgate sua condição enigmática e habilite um possível gozar do deciframento (Braunstein, 2007).

Um intérprete - essa é a primeira e essencial definição do analista em sua diferença com o psicoterapeuta (Soler, 2013).

A psicanálise nasce a partir da experiência de escuta de mulheres. Emmy Von N. era atendida por Freud em uma instituição, um hospital, em Viena. Assim, vemos que a experiência analítica não depende do que se convencionou chamar de *setting* analítico: uma sala neutra, com um divã e uma poltrona. Um dos casos apresentados por Freud (1893-1895/ 2020) em *Estudos sobre a histeria* nos leva, ainda, a outro lugar. Katharina, uma jovem pobre e trabalhadora, foi analisada por Freud enquanto ambos caminhavam pelas montanhas do território onde ela residia. Os atendimentos, que não envolveram pagamento em dinheiro, foram em pequeno número, contudo, suficientes para imprimir em Katharina efeitos analíticos.

Em 1918, no Congresso Psicanalítico Internacional, Freud falou sobre a sua aposta na ampliação do acesso da população à psicanálise por meio de instituições geridas pelo Estado. Ao comentar essa aposta freudiana, Danto (2019, p. 38) aponta para uma “redefinição da neurose, de um problema pessoal para uma questão social mais ampla”, o que implica o Estado para a oferta de espaços nos quais a neurose possa receber algum tipo de tratamento. De nossa parte, enquanto praticantes de psicanálise, sustentamos a aposta na escuta psicanalítica a partir de nosso lugar dentro de um serviço público, e o fazemos amparadas, também, em Lélia Gonzalez (1980). Esta importante autora sustenta que recorreu a Freud e a Lacan por verificar uma necessidade de ampliação do debate em relação às mulheres negras no Brasil

– já que o que vinha sendo apresentado até então abordava a questão apenas de um ponto de vista socioeconômico. Assim, por meio do presente capítulo, trazemos ao espaço público algo de nossa experiência de escuta de Nortista: são questões relativas à experiência de violência doméstica de uma mulher, que abordamos junto às da neurose.

As primeiras notícias que tive a respeito do caso de Nortista vieram de uma matéria de um jornal da região, entregue a mim por outra trabalhadora poucos minutos após eu colocar os pés na unidade ao retornar de um período de férias. Uma faca, quebrada, estampava a reportagem. Descumprimento de medida protetiva; agressão à mulher enquanto ela segurava no colo o filho do casal; esfaqueamento. Mulher levada ao pronto-atendimento, onde recebeu oito pontos no braço; homem apresentou resistência, mas foi detido pela polícia militar.

A cena aconteceu em um espaço público do bairro onde viviam – território de referência da equipe na qual eu atuava. Um lugar que guarda restos. Suporta aquilo que a área nobre da cidade não quer ver nem escutar: os caminhões, com seus sons e cheiros incômodos, arrastando poeira para as pequenas casas-quarto, e, em suas cabines, meninas em troca de bolacha, coca-cola ou, quem sabe, cinquenta reais. As empresas e seus contêineres coloridos, que empilhados invadem o céu dos que circulam pelas travessas e becos. Lama. Mais adentro, estreitos labirintos em palafitas suportam os pequenos barracos de madeirite que acolhem os que não conseguiram arcar com o alto custo de viver nos cortiços do centro da cidade. O mangue, que não é mais só o casamento entre mar e rio, mas, também, a união entre o que resta de verde e as garrafas plásticas e fraldas usadas que boiam na superfície da água. Água que comporta tudo o que pode diante da ausência de saneamento e esgoto tratado. Pessoas que suportam tudo o que podem diante da ausência de condições mínimas para a dignidade da sobrevivência humana. São negras, em sua maioria, as pessoas que vivem ali. As meninas-mulheres apanham e cuidam das casas e das crianças; enquanto os meninos-homens cuidam do tráfico, morrem, ou, aguardam, longe dali, o tempo, detido, passar.

Escolhi não ler o prontuário antes de escutar a mulher. Faço isso sempre que posso, ou quando se faz necessária a coleta de certos dados, por anseio

institucional, leio o mínimo possível. Aprendi com o Costa-Rosa<sup>20</sup> que os escritos presentes nos prontuários, tal como todas as narrativas, são sempre, em primeiro lugar, daqueles que as escrevem. Contudo, um dia antes do primeiro encontro entre Nortista e eu, fui procurada por outra trabalhadora, uma colega de serviço. Angustuada, ela me contou tudo o que pôde sobre o caso e compartilhou a dificuldade que vinha tendo em testemunhar os caminhos de Nortista, a quem ela somente conseguia escutar a partir do significante *perdida*. A trabalhadora disse, ainda, que o (ex?)parceiro de Nortista, que havia sido preso em flagrante, àquela altura já estava em liberdade – pouco mais de uma semana após o cometimento do crime.

A situação de Nortista mobilizou as trabalhadoras dos serviços do território. Os casos de mulheres em violência doméstica costumam causar as trabalhadoras – assistentes sociais, psicólogas, operadoras sociais, enfermeiras, etc. – por ao menos duas vias: a da impotência ou a da moralidade. É evidente que a fragilidade das Políticas Públicas limita as possibilidades de encaminhamento que poderiam contribuir com processos de simbolização e reposicionamento das mulheres atendidas. E, ainda, a prática das trabalhadoras de proferir conselhos e orientações, que parecem servir mais para diminuir a angústia delas mesmas, na maioria das vezes deixa em evidência que não é possível que eles surtam os efeitos supostamente previstos.

Nortista começou falando sobre o território. Disse que havia passado alguns dias no acolhimento institucional, mas que não havia se adaptado, e que naquele mesmo dia faria sua mudança para um município vizinho. Depois, seguiu: *O problema dele é a bebida*. Contou que Jorge sempre foi um homem trabalhador, que ambos eram trabalhadores, e que aos finais de semana saíam juntos para beber e se divertir. Disse que ela também bebia no início do relacionamento e que, quando isso acontecia, *e/e* achava que ela ficava alegre demais. Que, então, *e/e* dizia que ela estava dando bola para outros caras. E que quando chegavam em casa *e/e* sempre batia nela. Mas, que depois que o efeito do álcool passava, *e/e* dizia não lembrar de nada. Nesse primeiro tempo de nossas conversas, a única coisa que

---

<sup>20</sup>Abílio da Costa-Rosa, psicanalista - ou trabalhador-intercessor, atuou por longos anos enquanto professor no curso de psicologia da UNESP de Assis/SP, no qual cursei minha graduação. Ele faleceu no ano de 2019.



Nortista disse diretamente sobre si foi: *Eu dava motivo para ele me agredir*. Mais um pouco de conversa e Nortista disse que apanhava desde o início do relacionamento, que já completava nove anos. Falou também que desde o início Jorge se referia a ela como sua mulher, e a enaltecia por saber passar, limpar, cozinhar – cuidar de casa. *Mas ele não me batia muito*, dizia ela. Nortista seguiu descrevendo que depois das pancadas vinha o cuidado: *Ele passava remédio, cuidava, fazia carinho e fazia as coisas de casa*.

Nortista insistia em falar sobre ele. Aos poucos eu intervinha, buscando levá-la a falar de si própria, já que ali nós não poderíamos tratar dele a não ser a partir do que seria ele para ela mesma. O sentido dessas intervenções era o de contribuir para que Nortista pudesse se localizar nessa história, ou seja, para que pudéssemos olhar para o que nela atuava de maneira a sustentá-la naquela relação. Você está me contando como ele é... Mas eu queria saber um pouco mais sobre você, sobre como você é. E como você fica no meio dessa história? —*Eu havia me separado dele em fevereiro, e fui morar em outra casa. Mas, aí ele foi atrás de mim armado e disse que se eu não voltasse, ele iria me matar. Então, eu não tive outra escolha*. Num outro momento, Nortista contou que Jorge vinha fazendo, diariamente, chamadas de vídeo para o celular dela, para ver o filho João – o que, juridicamente, já configura quebra da Medida Protetiva de afastamento. Mais algumas frases e, evidencia-se que, na verdade, mesmo enquanto Jorge esteve preso, Nortista e ele mantiveram contato, pois ela própria o auxiliou a receber assistência jurídica para conseguir sair da prisão.

A questão do uso abusivo de álcool apareceu várias vezes, tomado por Nortista como uma justificativa para as agressões. Ora porque ela bebeu demais, ora porque Jorge bebeu demais. Depois de repetir muitas vezes que ele sempre a agredia por conta do álcool, e que ele sempre dizia, em conversas posteriores, não se lembrar de nada, Nortista começou a dizer que quando o questionou a respeito da compra da arma, ele disse: *Eu sou eu, e você não irá me mudar*. Sublinhei essa fala e coloquei em questão se estaria mesmo no álcool ou em outro lugar a verdade a respeito da forma violenta com a qual Jorge se posicionava diante dela.

Nortista então contou que não foi a primeira vez que ela havia sido esfaqueada por Jorge. Que alguns anos atrás eles estavam juntos em um bar, ele se

desentendeu com outro homem e pegou a faca que estava na mesa para brigar. Que ela se colocou corporalmente no meio da briga, quando então ele enfiou a faca nela. Nortista contou que, como de costume, posteriormente, Jorge disse não lembrar de nada, que não sabia o que havia feito. Mas, ao contar isso, ela se questionou: *Ao menos um pouco de consciência ele tinha que ter, de algum jeito ele deveria saber que estava enfiando a faca em mim... Ele poderia ter recuado quando eu entrei na frente.* Assim, Nortista começou a problematizar como poderia Jorge esquecer das coisas que havia feito, já que, posteriormente, eles costumavam conversar sobre as cenas das agressões. Após algumas voltas importantes, retornamos à questão do território. Nortista afirmou que seria importante essa mudança – *ir para longe, para não ficar encontrando ele.* Interroguei: Mas o que você acha que pode acontecer? E Nortista admitiu, aos prantos, que seria melhor ir para longe, porque ela ainda gostava de Jorge.

Perguntei à Nortista sobre os seus relacionamentos anteriores. Ela contou que seu primeiro casamento aconteceu aos dezessete anos, com um homem vinte anos mais velho, e que ela foi morar com ele pois queria sair da casa dos pais. Na ocasião, ela já possuía uma filha pequena, disse que era *mãe solteira* e que a sua mãe não a aceitava bem por isso. Após dois anos da união, ela se separou e logo iniciou outra relação, na qual também conviveu maritalmente com o parceiro. Posteriormente, juntou-se a Jorge. Perguntei se ela havia sofrido violência doméstica com esses outros parceiros, ao que ela respondeu que sim. Perguntei se ela já havia parado para pensar nisso, que parecia uma espécie de repetição, de sofrer violência doméstica nos relacionamentos nos quais ela se envolvia – ao que ela respondeu que não. Perguntar se ela já havia reparado nesse traço específico presente em seus diferentes relacionamentos foi uma forma de buscar fazer com que Nortista se voltasse para si. A partir daí, pudemos começar a reconhecer que há algo no modo como ela faz laço amoroso com os homens que a leva, frequentemente, a experiências de violência doméstica.

Não demorou para começarmos a falar a respeito da família de origem de Nortista. Ela própria abordou o assunto. Disse que viviam muito próximos, no mesmo bairro, mas que, nesses nove anos de relacionamento com Jorge, sua *mãe* nunca havia ido até a sua casa e que era sempre ela que se preocupava em ir à casa da

mãe. E, quando a mãe a via com o olho roxo, perguntava — *Bebeu de novo?* ou — *O que você fez de errado pra ter apanhado dessa vez?* E completou dizendo que os vizinhos do entornopensavam da mesma maneira: *Na favela, uma mulher quando apanha é porque fez alguma coisa para merecer, e, pra mim, foi sempre assim.*

Ainda sobre sua família, Nortista contou que foi *estrupada* pelo pai, da infância até a adolescência, e que a sua mãe era conivente com a situação. Falou que dentre as irmãs ela era a única abusada e que sentia que a mãe a atacava ainda mais por isso. Disse que se sentia a ovelha negra da família. Que a mãe era muito religiosa e vivia para o marido, e que não abria mão do casamento. No curso de nossas conversas, que aconteceram ao longo de quase dois anos, Nortista frequentemente falava de sua mãe. Dessa mãe que não a protegeu, não a cuidou... Como dimensionar os efeitos de uma experiência de abuso?

Como havíamos combinado, Nortista continuou referenciada no acompanhamento conosco, apesar de estar residindo em outro município. Ela havia se mudado com seu filho e de Jorge, o pequeno João. Passadas poucas semanas de sua mudança, Nortista compartilhou que havia iniciado um relacionamento amoroso com um rapaz chamado Francisco. E, aos poucos, passou a se ausentar dos atendimentos, e, também, o contato por vias remotas passou a ficar difícil entre nós. Nas ocasiões em que nos encontrávamos, ela passou a compartilhar a respeito dos impasses vividos nesse novo relacionamento: falava sobre as brigas, os ciúmes, e de certa *mania* que Francisco tinha de sair e deixá-la trancada dentro de casa – mas que era *sem querer*.

Num desses períodos de ausência de contato entre Nortista e nós, fomos procuradas por uma outra trabalhadora do território. Ela estava preocupada, pois havia recebido mensagens de Nortista, nas quais ela relatava estar em situação de cárcere privado – com Jorge. Poucos dias depois, Nortista compareceu espontaneamente ao CREAS, e iniciou nossa conversa com uma pergunta: *Você soube que eu estive em cárcere privado?* Ao que respondi que não estava sabendo, e perguntei o que havia acontecido. Muito embora houvéssemos, pela trabalhadora citada, tido alguma notícia a respeito dessa situação, entendemos que a partir do nosso lugar de escuta não contribuiria em nada dizer à Nortista que sabíamos de algo. Até mesmo porque, afirmar que sabemos algo num contexto como esse, seria

suturar as possibilidades de escuta. Sustentar uma posição de não saber é o que possibilita a emergência do sujeito do inconsciente. Assim, Nortista começou dizendo que estava em cárcere, mas depois pudemos escutar que havia mais coisas nessa história. Ela contou que havia se desentendido com Francisco e, após, ligou para Jorge e pediu-lhe para buscar João para passear. Contou que Jorge foi até a sua moradia, no outro município, e que os três terminaram por partir juntos para a casa em que ela vivia com Jorge. Nortista falou que, a pedido de Jorge, postou nas redes sociais que eles estavam juntos, e que para aproveitarem o momento, distantes do território e das conversas que poderiam advir, viajaram para a capital. Contudo, a situação com Jorge parece ter-lhe tocado estranhamente. Disse ela: *Ele só queria transar. O tempo todo ele ficava me perturbando porque queria transar. Me senti um bicho, um animal.* Nortista disse que após voltarem da capital, ela – que todo esse tempo esteve em posse da chave de entrada da casa – tomou seu filho nos braços e partiu. Ela voltou ao município vizinho e reatou o seu relacionamento com Francisco.

— *Eu falo pra ele que eu preciso vir na reunião<sup>21</sup> por causa do meu Auxílio, que o auxílio é importante pra eu poder sustentar o João, mas ele não quer que eu venha.* Ainda assim, Nortista seguiu comparecendo aos atendimentos conosco, nos quais o assunto predominante seguiu sendo o seu relacionamento com Francisco. Em poucos meses, ela descobriu que estava grávida de um filho dele. Nessa época, Nortista comentou que estava começando a construir vínculos de trabalho, mas que Francisco lhe solicitou que deixasse o emprego, pois, já que estava grávida dele, ele iria sustentá-la. Era comum escutar Nortista dizendo que eles haviam brigado e que ela havia saído para morar em outra casa, mas que depois eles haviam feito as pazes e voltaram a morar juntos. Era curioso escutar a forma como o território aparecia nas falas dela enquanto um grande dificultador para o bom desenvolvimento da sua relação amorosa. *Eu preciso sair dali, daquele lugar. Já falei pra ele que eu quero ir embora dali e que se ele não for comigo, eu vou*

---

<sup>21</sup> Na maior parte das vezes, Nortista se referia aos atendimentos comigo como reuniões. Também tinha o costume de dizer que eu era *a assistente social dela* - sobre o que, umas ou duas ou três vezes a corrigi, dizendo que eu era psicóloga, mas depois compreendi que para o nosso trabalho não importava muito o núcleo profissional ao qual ela referia a minha pessoa. Sobre o auxílio ao qual ela se refere, podemos pensá-lo em, ao menos, duas vias: Benefício Eventual de auxílio moradia, e auxílio no sentido de apoio ou ajuda.

*sozinha*. Após escutá-la falando isso algumas vezes, resolvi fazer um apontamento. Falei que sempre que ela falava de Jorge, ela o relacionava ao território do município onde estávamos, onde fica o CREAS e onde ela vivia com ele enquanto estavam juntos. Que em certo momento, habitar aquele território havia se tornado insustentável para ela, pois parecia que em todos os lugares havia alguma estranha presença que remetia ao Jorge. Disse que percebia uma recorrência na fala dela a respeito de o território se constituir como um ponto fundamental nos conflitos entre ela e Jorge, e, agora, entre ela e Francisco. Que tem sido frequente escutá-la dizer que quer sair desse outro território e que se Francisco quiser permanecer com ela, ele terá que sair junto. Minha proposta foi apontar que percebia nessa relação que ela construía entre parceiro-território, certa forma comum. E que isso parecia dizer, portanto, sobre algo dela, êxtimo, que atuava tanto na relação com Jorge quanto na com Francisco. A provoqueei a pensar que quando falamos de território, não estamos dizendo apenas de uma cidade ou de um bairro, mas, sobretudo, das relações – e de um lugar que é nosso, em termos subjetivos, nesses laços que habitamos.

Certa vez Nortista comentou que, já estando grávida, envolveu-se em uma confusão com uma vizinha, ocasião na qual ambas foram encaminhadas à *biqueira*, para resolver a situação nas *ideias*. Nortista disse que logo após sair da *biqueira*, foi para casa discutir com Francisco. *Eu falei que ele não era homem porque não tinha ido buscar a mulher dele na biqueira. E disse que o Jorge nunca teria deixado aquilo acontecer.* Diante disso, tentei explorar com ela esse dito sobre Francisco *não ser homem*, e sobre essa comparação que ela fez entre Francisco e Jorge. Haveria ali alguma reivindicação de *proteção*, ao que parece. Comentei que talvez pudéssemos pensar a violência e a proteção enquanto duas faces da mesma moeda.

Certo dia, Nortista iniciou nossa conversa falando sobre mudança. Contou que nesse lugar onde ela está residindo há muita lama, onde com frequência João perde os chinelos. Disse que o filho e, também ela, têm tido muitos problemas de pele em decorrência das condições de saneamento e higiene do local. Também falou que, em dias de chuva, demora quase três horas para se deslocar até o bairro onde ficam o CREAS e a UBS onde vinha realizando o seu pré-natal. Diante disso, e de seu avançado período gestacional, Nortista resolveu se mudar para a casa de sua família, voltando ao território onde toda a história se iniciou. Sobre sua relação

com Francisco em meio a essa mudança de lugar, Nortista disse que — *Ele chamou minha família toda, explicou a parte dele, e desculpou-se por me deixar presa.* Intervim, questionando: como assim? Ela então seguiu, dizendo que ele havia ido ofertar satisfações à família dela sobre o motivo pelo qual ele a deixava presa: *ciúmes* - mas falou que *issonão iria voltar a acontecer...* Insisti na interrogação: Mas como isso? E Nortista seguiu: disse que conversavam, e que ele a deixava trancada, pois sentia ciúmes ou porque, às vezes, *esquecia* mesmo. Mas, que ele se comprometeu a não fazer mais isso. Que ele tem ido à casa da mãe dela para vê-la. Tentei levantar questões entre a casa da família, sobre a qual ela havia me dito algumas vezes que não era um lugar de acolhimento para ela, e isso de Francisco estar nesse espaço para se explicar a respeito das atitudes equivocadas dele com ela. Perguntei, então, como estava sendo (re)viver na casa da família dela e quem eram as pessoas que moravam lá. Nortista respondeu que não estava sendo tranquilo em virtude do fluxo constante de entrada e saída de pessoas, e do pouco espaço que ela vinha tendo para acomodar a si mesma, grávida, e ao filho João. Falou das pessoas que viviam lá: seus pais, irmãos, irmãs, e uma sobrinha. Lembrei que ela não havia comentado sobre sua filha mais velha, e perguntei dela, ao que Nortista respondeu — *Ahh, sim! Nossa, tinha esquecido!* E emendou, dizendo que havia esquecido, pois a adolescente permanece o tempo inteiro no quarto, o dia inteiro deitada na cama. Disse que assim que chegou, a mãe dela a procurou para reclamar que a jovem não estava indo à escola, ao que ela respondeu que não tinha interesse em saber, pois já estava cheia de coisa na cabeça. Perguntei onde a menina ficava, e Nortista respondeu: *Na cama dos meus pais.*

A partir desse retorno de Nortista à casa de sua família de origem, questões a respeito de suas relações com seus familiares, sobretudo com a sua mãe, passaram a aparecer em nossas conversas com muita força. Em um dos atendimentos que seguiram à sua mudança, Nortista contou que ela e a sua mãe estavam assistindo a um telejornal e, então, foi noticiada uma situação na qual uma moça e um rapaz, ambos embriagados, encontravam-se em conflito. Que a moça carregava nos braços o bebê do casal, quando o homem desferiu uma facada nela, sendo que o golpe acabou atingindo a criança. Nortista completou dizendo que a repórter responsável argumentou que nenhum dos dois, mãe e pai, teriam condições de permanecer com

a criança. Quando ela acabou de narrar a cena, perguntei se aquela reportagem a havia remetido à situação experienciada por ela, ao que ela logo respondeu: *Sim. É a minha história*. E continuou: *E não tem nada a ver aquilo que a repórter disse. Ela foi preconceituosa com a mulher*. Nortista continuou a falar, dessa vez, das coisas que a mãe dela havia dito sobre a cena. Que a mãe falou que a culpa era da mulher, que a mulher que bebe deve permanecer em casa, presa pelo marido. Que Nortista é uma mulher viciada em álcool e que apanha porque merece. Que uma mulher decente permanece em sua casa e serve seu marido... Nortista, indignada, disse que discutiu com a mãe, manifestando-se contrária às opiniões dela.

Passado mais de um ano do início dos atendimentos com Nortista, aconteceu a primeira, e única, audiência a respeito da situação da facada. A pedido de Nortista, a acompanhamos. A condução da audiência, feita pelo juiz, bem como as pontuações, feitas pelo promotor – ambos homens brancos – sustentaram-se, sobretudo, em perguntas à mulher a respeito do homem, réu do processo. Questionamentos como — *Se você já possuía uma Medida Protetiva e ele te bateu, por que você voltou com ele?*, — *Mas vocês estavam separados há meses e se reuniram para comemorar?* Minha impressão foi de que eles estavam tentando fazer com que aparecesse alguma contradição na fala da mulher. Pouco se perguntou a respeito da cena do crime ou dos fatos relatados na inicial do processo. Questionamentos como — *Mas o que você acha que ele faria com você?* foram colocados em vários momentos da audiência. Os operadores do direito perguntavam à mulher o que ela achava que o réu estaria pensando, ou o que ela achava que ele poderia fazer, ou por que ela achava que ele havia feito *isso* ou *aquilo*. Junto a uma demonstração do quanto o patriarcado se sustenta nas instituições que regulam os laços sociais, a direção da audiência seguiu um caminho, que na nossa concepção, colabora para a sustentação da nomeada vítima em seu lugar de objeto de gozo do Outro. Isso em um contexto no qual parte importante do meu trabalho com ela vinha sendo no sentido de implicá-la na relação, em contextos nos quais ela se mantinha durante boa parte dos atendimentos detida a falar sobre *como ele era*. Num determinado momento da audiência, Nortista comentou que estava grávida, ao que o juiz perguntou se o bebê era filho do réu. Quando ela respondeu negativamente, o magistrado disse: *Ah, então agora mesmo que você precisa ficar longe dele, porque*

*se ele souber que você está grávida de outro, você já sabe o que ele vai fazer, né? E emendou: E esse novo companheiro, ele te protege?*

Posteriormente à audiência, o promotor do caso nos procurou enquanto CREAS, o que aproveitamos para tentar compreender por qual motivo o crime não havia sido registrado como uma tentativa de feminicídio. Sobre nosso questionamento, o representante do Ministério Público respondeu que o réu não havia chegado a desferir o golpe na vítima, e, por isso, estava respondendo apenas por lesão corporal. É no mínimo contraditória essa argumentação, na medida em que o homem foi preso em flagrante e a mulher, encaminhada a um serviço de saúde para a realização de curativos – que posteriormente foram laudados em um exame de corpo de delito. O promotor, contudo, nos procurou com a intenção de colher mais detalhes a respeito de um fato novo narrado por Nortista na audiência: a situação do cárcere privado, ocasião na qual Nortista havia sido estuprada por Jorge, conforme seu posicionamento em audiência.

Comuniquei a Nortista a respeito do contato feito comigo pelo promotor de justiça e, no atendimento seguinte, perguntei se ela havia conseguido ir ao fórum, como ele havia solicitado. Ela, então, retirou da bolsa um papel e o colocou em cima da mesa. Perguntei se eu poderia ler o que estava escrito, ao que ela respondeu que sim. No texto ela relatava, com mais detalhes, a situação por ela enunciada na audiência. Contava, portanto, como havia ocorrido o *estupro* dela por Jorge. Optei por fazer a leitura do documento em voz alta. Ao final, reiterei minha posição ali: disse sobre a ausência de vínculos ou compromissos entre mim, a polícia e a justiça. Que já havíamos conversado algo a respeito daquela experiência vivenciada por ela e que, no desenrolar daquela conversa, pudemos extrair mais elementos em jogo naquela história.

Perguntei, então, se ela gostaria de dizer algo a respeito. Nortista abaixou a cabeça timidamente e começou a falar. Disse que naquele dia Jorge a tratou de um modo como se ela *servisse somente para transar*. Contou que a todo o tempo, inclusive enquanto estavam na rua, ele a demandava por essa via, ao que ela respondia: *Depois, quando a gente chegar em casa*. E concluiu: *Eu não deixei de amar o Jorge por conta da facada. Eu deixei de amá-lo porque ele começou a me tratar como um animal. Só queria que eu fizesse as coisas de casa e só queria sexo*.



Sublinhei que ela estava me dizendo que não havia deixado de amá-lo por conta da facada, e encerrei o atendimento. Comentei, ainda, que por mais que ela discuta com a mãe, que diga que as coisas não devem ser do jeito como a mãe dela acredita, parece que o discurso da mãe tem efeitos sobre ela. E que para ela, Nortista, foi assim: ela não deixou de amar Jorge mesmo tendo sido por ele esfaqueada. Importante marcar que aqui a minha aposta foi no sentido de colocá-la diante da contradição entre o enunciado “empoderado” que ela havia apresentado à sua mãe e a enunciação presente em *não deixei de amar Jorge por conta da facada*. Quis colocar em ênfase a força que o discurso da mãe possui sobre ela, apesar dos argumentos que ela havia proferido à mãe no sentido de que as mulheres não devam se submeter. Apostei, portanto, em fazê-la ver o discurso da mãe operando em si, para quem sabe ela pudesse compreender algo sobre os efeitos que ele possui nela e, talvez, concluir algo no caminho da singularização do seu desejo.

Com o passar das semanas, Nortista começou a compartilhar, cada vez mais, as dificuldades em relação à convivência com seus familiares, sendo que a mãe ocupava, sempre, um lugar especial. A angústia passou a se fazer muito presente, e Nortista dizia que não aguentava mais, pois havia muitas coisas de Jorge, Francisco, e de sua mãe, em sua cabeça. Dizia que João, diagnosticado recentemente como autista, vinha ficando muito apegado a Francisco. Lembramos que, em momentos anteriores, Nortista recorrentemente trazia como questão que João era apegado ao pai, e que era por esse motivo que ela buscava manter relações com Jorge. Por volta desses dias, tivemos uma notícia a respeito do processo que se originou da facada sofrida por Nortista, a partir da qual passamos a acompanhá-la. Além de render ao réu dez dias de detenção na ocasião do flagrante, após a tramitação do processo, o juiz decidiu pelo seguinte: quatro meses de comparecimento a um grupo de agressores, em virtude da lesão corporal, somados a mais quatro meses de participação, no mesmo grupo, por ter desrespeito a uma ordem judicial e quebra da Medida Protetiva.

— *Tantas coisas eu escondi pra continuar com o Francisco, mas não deu.* Nortista repetiu essa frase algumas vezes ao longo desse nosso encontro. Finalmente, disse que, quando estava grávida de dois meses, ao sair de uma comemoração de aniversário no território onde estávamos, pagou sessenta reais de

*Uber* e foi até o território de Francisco para levar-lhe alguns docinhos de festa. Todavia, disse ela, quando chegou ao bairro, Francisco estava em um bar, e ao vê-la, logo começou a *estranhá-la*. Perguntei a Nortista o que era “estranhar”, ao que ela respondeu que ele havia dito coisas como: *Por quê você está aqui?* ou *Volta para a lá*. E que, a partir daí, iniciou-se uma discussão até que, segurando na mão o copo de vidro onde estava bebendo, ele deu um tapa no rosto dela. Nortista contou que demorou para compreender o que estava havendo, até perceber que o sangue que jorrava no balcão do bar vinha dela própria, e que sua orelha esquerda estava pendurada apenas pela cartilagem. Diante da situação, Nortista contou que a atendente do bar manifestou que chamaria os *irmãos* para resolver a situação, momento em que Francisco se ajoelhou aos seus pés e a implorou que não deixasse isso acontecer. Nortista disse que atendeu à súplica de Francisco e que eles partiram juntos para casa dele, onde ela permaneceu por uma semana sendo *cuidada* por ele. Intervim: cuidada? Parece que isso já apareceu para nós em outros momentos. Nortista seguiu falando de sua mãe, reclamando que ela não a auxiliava em nada, não lhe dava comida nem acomodação adequada, que não havia ajudado em sua mudança – há poucas semanas Nortista havia resolvido deixar a casa de sua família e se mudado com seus dois filhos para um outro local, no mesmo bairro de origem. Ela falou novamente sobre ter discutido com a mãe, tendo argumentado que as mulheres não precisam permanecer trancadas dentro de casa, nem ser submissas aos seus maridos, nem tampouco deixar de usar as roupas que gostam em função deles. Contou que quando disse para a mãe que seu pai a abusava, a mãe respondeu com a seguinte pergunta: *Se ele abusava de você, porque você não contou logo?*, ao que Nortista respondeu: *Ele começou a abusar de mim quando eu tinha cinco anos e demorou para que eu entendesse o que estava acontecendo*. Ao escrever sobre esse atendimento, pensei a respeito dos tempos de compreensão. Quando finalmente Nortista pôde contar a respeito de uma importante situação de violência que sofreu na relação abusiva que mantinha com Francisco, ela trouxe, junto, a lembrança de que num momento anterior, também demorou para compreender o que estava havendo com ela na relação abusiva entre ela e seu pai.

Sobre o abuso que sofria do pai, Nortista contou que sua mãe argumentava: *Mas se ele só fazia isso com você, não fazia com as suas irmãs, é porque você tem*

*alguma coisa...* Nortista dizia que, para a mãe, eram as roupas que ela usava. Em determinado atendimento, Nortista contou que vinha sonhando, frequentemente, com a cena em que Jorge a esfaqueava. Nessa época, Nortista vinha falando muito de sua mãe, dizendo que as coisas que a mãe fazia a desorganizam, assim como as coisas que Francisco vinha fazendo: *Eles ficam falando na minha cabeça*. Nortista vinha se questionando a respeito das parcerias amorosas que escolhia. Eu, então, disse à Nortista que a mãe não podia cuidar dela tal como ela gostaria, e que isso vinha sendo mostrado há certo tempo, e de várias maneiras. Disse ainda que parecia que Nortista estava angustiada justamente por poder se deparar com alguma coisa, muito particularmente dela, ali, que a levava para as escolhas amorosas que ela fazia. Retomei uma conexão, já feita anteriormente, entre violência e cuidado, pois isso que insistia em aparecer em suas falas a respeito das parcerias amorosas,

parecia vir evidenciando algo de suas relações familiares. E comentei que, certamente, a forma como ela havia vivenciado suas primeiras experiências familiares tinham uma parte muito importante nas escolhas das parcerias amorosas que ela vinha fazendo.

Um dia, Nortista chegou contando que precisava marcar um exame de raio-X, para o que a ofereci que utilizasse o telefone da unidade. Dirigimo-nos a uma das salas e ela então disse que vinha conseguindo fazer os atendimentos de odontologia na UBS, mas que os profissionais faziam somente um atendimento superficial e a mandavam embora. Parecia-me que Nortista não estava satisfeita com os atendimentos da UBS, pois falava como se eles não estivessem cuidando dela verdadeiramente. Permaneci na sala enquanto ela utilizava o telefone para realizar os seus agendamentos na saúde, e, depois de fazer algumas ligações, ela disse: *Então, hoje era só isso mesmo*. A partir daí, retomei algumas questões que em nosso encontro anterior haviam ficado em aberto: verificar como construir uma lista de móveis para buscarmos doações e realizar um boletim de ocorrência em virtude da violência doméstica que ela vinha sofrendo de Francisco. Diante das falas que ela apresentou em seguida, perguntei se ela gostaria, realmente, de fazer o boletim de ocorrência, ao que ela respondeu: *Lembra aquele dia em que eu estava aqui em atendimento com você e ele tava me ligando? Então, ele foi lá pra casa...* E seguiu

contando que ele permaneceu no lar dela por alguns dias, que depois foi buscar novas roupas e voltou a ficar lá com ela. Ela seguiu dizendo: *Eu só quero um pouco de paz para minha cabeça...Estou cansada dessa coisa de processo, eu não consigo entender direito as coisas que acontecem na justiça. Se não fosse você falar que eu tinha direito de recorrer da sentença de Jorge, eu não saberia.* Sobre isso, pensei que tanto em relação ao atendimento em saúde, quanto ao de justiça, Nortista vem sentindo-se desamparada, não cuidada, sobretudo ao verificar quão brando vinha sendo o Sistema de Justiça em face da violência que ela havia sofrido com Jorge.

Como Nortista voltou a dizer que Francisco havia permanecido tranquilamente em sua casa nos últimos dias, e que havia se prontificado a auxiliá-la a abrir uma venda de alimentos, resolvi perguntar se eles haviam reatado o relacionamento, ao que ela respondeu que não. Perguntei o que estava acontecendo entre eles... Se seriam amigos, ou o quê. Ela, então, respondeu que sim, amigos. Mas, seguiu dizendo que não poderia confiar nele, que possuía dúvidas sobre a forma como acontecia a concessão da pensão alimentícia aos filhos mais velhos de Francisco, frutos de um relacionamento anterior. Nortista começou a se questionar a respeito do relacionamento que Francisco vinha mantendo com sua ex-exposa: *Eu não sei se ele tem permanecido tranquilo comigo para que eu não abra nenhum processo contra ele, sobre a pensão alimentícia do Felipe, ou sobre as agressões... Talvez ele esteja ficando comigo como uma forma de me acalmar.* Ao que eu respondi que se Francisco está se utilizando de uma estratégia desse tipo, talvez ele esteja bem sacado, pois essa forma de lidar parece dar certo, de alguma maneira, com ela.

Certa vez, ao contar de uma discussão entre sua filha e sua sobrinha, ocasião na qual a sobrinha fez menção a uma facada, Nortista emendou: *Eu bebia muito. Às vezes ficava completamente fora de mim. Eu já fiquei pelada na rua. Já levei duas facadas. Já fiquei de olho roxo... Isso tudo as pessoas do bairro viram.* Nortista começou a especular a respeito da possibilidade dessas situações estarem sendo comentadas por sua mãe, irmãs e irmãos, dentro da casa da sua família, chegando ao conhecimento das adolescentes. E frisou que a sua mãe certamente seria a responsável por estarem tratando desses assuntos na casa.

Nortista contou que é a filha mais nova, a caçula. E que desde que era adolescente sua mãe a chamava de vagabunda, xingava-a em público e dizia que era dela a culpa pelo abuso praticado pelo pai. Lembrei que a Nortista já havia dito que os abusos começaram aos cinco anos de idade, e perguntei-lhe em que momento ela percebeu o que estava se passando. Ela disse que, quando tinha por volta de 12 anos, começou a fazer amizade com os rapazes da *biqueira*, e passou a acompanhar os diálogos deles a respeito dos abusos que aconteciam com as meninas no bairro, bem como do desfecho dado por eles aos abusadores. O território de Nortista é conhecido por ter sido palco, alguns anos atrás, de diversas situações deflagradas de abuso sexual de meninas e adolescentes. E, para esse tipo de ato, os *irmãos* cobram o abusador com a própria vida. Nortista falou, ainda, que também passou a acompanhar notícias e reportagens de jornais que diziam que as *meninas tinham medo de denunciar, de falar o que estava acontecendo com elas*. Ela disse, então, que foi a partir dessas experiências que passou a perceber o que estava ocorrendo com ela, dentro de casa, na relação com seu pai.

Junto ao abuso sexual, Nortista dizia que, com frequência, sofria agressões físicas de seu pai e, também, de sua mãe. E, de acordo com ela, sua mãe dizia: *Então por que você não vai ao Conselho Tutelar e denuncia o que está acontecendo?* Ao que ela respondia que não fazia a denúncia porque, se o fizesse, seria retirada da casa, mas que a casa também era dela, e que ela permaneceria ali. Assim, Nortista relatou que apanhava muito, mas respondia às agressões afrontando os pais. No contexto do *estupro* que sofria, contou que com frequência o pai entrava no banheiro enquanto ela estava se banhando, sempre por meio de alguma desculpa, com a intenção de ficar olhando-a nua. Também falou que quando iam dormir, o pai dava um jeito de se trancar com elas no quarto, enquanto a mãe ficava na sala, assistindo à telenovela, *sabendo muito bem o que estava acontecendo no quarto*. Nortista contou que o pai andava atrás dela pelo bairro, bêbado, e que as pessoas achavam aquilo *estranho: Mesmo quando eu já era mãe, meu pai vinha atrás de mim nos lugares, nos bares. Muitas vezes, ele, bêbado, me encontrava no bar e começava a me xingar de vagabunda, sem-vergonha*. Quando Nortista relatou isso, intervim: Mas essa cena parece a que você me contou da última vez em que conversamos, quando você disse que encontrou com o Francisco no bar e ele

começou a te xingar com esses mesmos nomes e, depois, estourou o copo de vidro no seu rosto. Nortista, imediatamente, passou a repetir algo que já havia dito algumas vezes: *Eu não sei por que ele faz isso.*

Nortista falava muito, sem parar. Estava muito angustiada. Quase não pude fazer intervenções. Destaco a seguinte frase, dita por ela repetidas vezes: *Eu não sei mais o que fazer.* A essa altura, ela trazia o filho Felipe, pequenino, nos braços. Nortista reclamando de problemas para dormir e amamentar o bebê. Queixava-se a todo o tempo da ausência de *cuidado* e se questionava a respeito das relações com a sua mãe, com o Francisco, com o Jorge, e, também, com o seu filho João.

Nesse dia, Nortista contou da última briga que havia tido com Francisco. *Ele ficou bêbado e começou a me xingar de puta, vagabunda... Chamei a polícia, mas quando eles chegaram, Francisco já havia ido embora. O policial conversou comigo, perguntou se eu já passava em algum acompanhamento, ao que eu respondi que sim. Ele então me orientou a continuar. Falou que eu não deveria abrir a porta da minha casa para o pai do Felipe fazer o que quiser, e que se ele quiser ver o filho dele, ele deve buscar seu direito na justiça. Eu respondi para o policial que nós duas já havíamos conversado sobre isso. Está acontecendo de novo, como aconteceu com o Jorge, como era com o João, e eu não sei o porquê. Minha família fica na minha cabeça, falando que o Francisco é bonzinho, que eu não devo me separar dele, do mesmo jeito que falavam sobre o Jorge. Minha mãe defende o Francisco do mesmo modo que defendia o Jorge.* Dizer à Nortista que se o pai desejasse manter o contato com o filho, ele poderia se manifestar quanto a isso e buscar seu direito junto à justiça foi uma fala minha à Nortista alguns meses atrás, quando ela insistia que manter relações com Jorge tinha por objetivo garantir ao João o convívio com o pai. Mas, pouco tempo depois de poder dizer que percebia que estava acontecendo de novo, Nortista disse que Francisco possuía problemas com o uso de álcool, mas que sem o álcool ele era um homem muito bom – da mesma forma com a qual ela se referiu ao Jorge em nosso primeiro encontro. Contou que ela própria já teve problemas com álcool, mas que parou de beber. Disse que já orientou Francisco a procurar ajuda, que lhe sugeriu, inclusive, buscar pelo CREAS: *Não é porque ela me atende, que ela não pode atender você depois. Você deveria ir, poder falar dos seus problemas e tentar resolver.*

Num outro dia, Nortista falou, repetidas vezes: *Não sei o que esse homem tem que não vai embora, não pára de infernizar a minha vida*. Falava angustiada sobre as suas relações e não deixava qualquer brecha entre uma fala e outra. Em uma das poucas intervenções que consegui fazer, disse-lhe que eu achava que ele não ia embora porque ela não o deixava ir. Nortista, contudo, seguiu falando que não sabia mais o que fazer, que ele não a deixava em paz. E, em meio às suas falas sobre Francisco, dizia também a respeito de Jorge e esbravejava por não conseguir circular por determinados locais do território por receio de encontrá-lo. Ela fazia referência a falas de outros, as quais diziam para ela se atentar em virtude do risco de vê-lo. Ao final, fez uma espécie de comparação entre os seus dois filhos homens, João e Felipe, frutos de seus relacionamentos com Jorge e com Francisco, respectivamente: *O Felipe está ficando dependente de mim e eu dele, como aconteceu comigo e com o João*.

Nortista estava contando sobre ter pedido aos familiares que cuidassem de João e de Felipe para que ela pudesse resolver alguns problemas no centro da cidade. Seguiu dizendo que sempre que chegava à casa de sua mãe, seus irmãos perguntavam se ela havia trazido pão para o café. — *Me sinto culpada porque minha mãe não tem o que comer*. Também falou que era comum a mãe cozinhar para todos e, ao final, se alimentar apenas das sobras, pois os demais membros da família realizavam as refeições e não deixavam quase nada para a mãe dela. Nortista seguiu dizendo que, com frequência, juntava todas as suas moedas, pedia a alguém que cuidasse dos seus filhos e ia à padaria. Mas, ainda assim, verificava que a mãe comia pouco e que os seus irmãos devoravam todo o restante dos pães – o que deixava Nortista bastante brava: *Muitas vezes eu chego na casa da minha mãe e ela está comendo arroz e feijão, enquanto minha filha está comendo arroz, feijão e salsicha, e eu fico com peso na consciência*. Foi a primeira vez em que Nortista se referiu à relação com sua mãe por meio de um sentimento de culpa.

Nortista contou, também, que havia feito um empréstimo com o objetivo de cuidar de sua aparência. Disse que realizou os primeiros procedimentos, quando, então, um de seus irmãos precisou de dinheiro para contratar um advogado, e a família resolveu realizar uma arrecadação para ajudá-lo. Diante da situação, Nortista falou que entregou ao irmão todo o restante do dinheiro que havia conseguido via

empréstimo. Perguntei por que ela havia feito aquilo, ao que ela me respondeu que se tratava de um irmão que era muito bom com ela, e que ele corria o risco de ser preso. Apontei que ela própria também estava necessitando de assistência jurídica, pois vinha tendo problemas para receber o pagamento da pensão alimentícia de seus dois filhos, e, ainda, enfrentando questões relativas à violência doméstica... Que, diante da situação, ela vinha buscando assistência jurídica gratuita na Defensoria Pública, mas estava entregando seu dinheiro para o irmão contratar um advogado particular. No atendimento seguinte, Nortista chegou dizendo que não entregaria mais seu dinheiro para a família. Penso que ela se sentia tão culpada que é como se precisasse pagar com tudo o que tivesse. Nesse dia, Nortista disse que comprou uma cerveja, mas que não conseguiu bebê-la, pois ficou pensando no que a mãe dela poderia dizer ao vê-la bebendo. Vinha sendo comum escutar Nortista contar sobre pensamentos que pareciam invasões, nela, de concepções de seus familiares – de sua mãe, especialmente.

— *Eu tenho medo de ficar dependente da pensão. Tenho medo de ficar dependente de Auxílio.* Em determinado momento da conversa, Nortista contou que não achava que seu filho João fosse, de fato, autista. Nortista seguiu falando que acreditava que seu filho poderia estar com a cabeça *bagunçada*, pois não tinha espaço pra brincar, nem quem brincasse com ele. Que também não tinha televisão, e nem atenção. Que ele já havia passado por muitas coisas... Que do pai sofria agressão física, e, da mãe, agressão verbal – pois ela perdia a paciência e o xingava. Apontei que me parecia que ela estava falando dela, e a partir disso, Nortista seguiu até o fim do atendimento falando de si em primeira pessoa. Diante dessas projeções, depois, sozinha, me lembrei de quando participei de uma reunião da rede de serviços do território, chamada para discutir a respeito de Nortista e de seu filho João. Na discussão, o professor da escola do menino disse que Nortista havia se queixado que João tem criado formas de entrar no banheiro enquanto ela se banha, para ficar olhando-a nua.

Nesse dia, Nortista iniciou a nossa conversa dizendo que estava procurando uma casa próximo ao CREAS, para *mudar*. Narrou os diálogos que teve com várias pessoas – mãe, irmã, irmão, Jorge, e, também, com a proprietária da casa onde vinha residindo após ter resolvido deixar a casa de seus familiares. Em comum,



consegui escutar a posição dela nesses diálogos, que parecia bastante firme, com falas que a colocavam como protagonista de sua vida. Ela repetia que Jorge não era o marido dela, e que as pessoas não deveriam cuidar da vida dela: *Quem sabe de mim é minha assistente social. Se eu estiver fazendo alguma coisa errada, que não seja boa para os meus filhos, ela – que estudou para isso – irá me dizer.* Nortista então disse que Francisco havia falado que uma pessoa da família dela o havia procurado para dizer que não valeria a pena permanecer com ela, pois ela nunca iria *mudar*. O significante *mudar* apareceu várias vezes na fala de Nortista nesse dia. Nortista contou que esse aconselhamento estava sendo determinante para que Francisco não ficasse com ela. Comentei que me chamava a atenção essa história de Francisco se basear na fala de outras pessoas para tomar suas decisões e, então, Nortista respondeu que é a mãe dela quem diz essas coisas ao Francisco. — *Eu já falei para minha mãe não se meter...* Perguntei, então, o que ela sentia. Nortista disse que sentia *raiva*. Insisti na questão, e ela contou, então, que sentia *pena*, e passou a falar que sua mãe também apanhava do marido. Que, no entanto, quando chegava o dia do pagamento, seu pai entregava boa parte do dinheiro nas mãos da mãe dela, e naquele momento eles ficavam *de bem*. Mas, no resto do mês, eles ficavam brigando e o pai desaparecia, enfiava-se em bares, bebia muito e se relacionava com outras mulheres. Pontuei dizendo que essa história que ela estava contando me fazia lembrar de uma fala recente dela, num dos atendimentos passados. Perguntei se havia alguma relação entre isso que ela me dizia a respeito da relação entre seus pais e aquilo que ela havia dito, sobre o medo da dependência da pensão. Nortista respondeu que sim, que há relação, e seguiu com sua fala.

Nortista compareceu ao CREAS para acompanharmos uma audiência de conciliação a respeito da pensão alimentícia de seu filho João. No dia anterior, ela havia participado de outra, nos mesmos moldes, mas para tratar da divisão de bens entre ela e Jorge, na qual não pudemos estar presentes. Nortista chegou brava, dizendo que Jorge mentia. Que, na audiência realizada no dia anterior, ele havia falado sobre realizar um teste de DNA para verificar se João era mesmo seu filho. Enquanto isso, a mediadora da audiência dizia: *Vocês precisam esquecer o passado para podermos organizar como será daqui em diante.* Mas aquele momento

acontecera em dois planos distintos, um virtual e outro real. E neste último, Nortista, comigo, lembrava.

Contou que ele mentiu a respeito dos bens que eles, quando eram um casal, construíram juntos. E emendou, dizendo que foi a mesma coisa que ele fez com as histórias das duas facadas. Tornou à história da primeira facada, dizendo que na ocasião permaneceu hospitalizada por 16 dias: *Eu bebia demais e esquecia das coisas. Aí ele me agredia e dizia que eu me machucava sozinha por estar bêbada. Ele chegou a dizer que eu mesma havia me esfaqueado.* Nortista contou que resolveu procurar pelo proprietário do bar, e que o homem contou que na noite da primeira facada, ela e Jorge estavam discutindo, pois ele queria ir embora, enquanto ela não queria. Que, então, ela partiu para cima dele corporalmente e ele reagiu enfiando a faca nela. Nortista contou que em outra ocasião, ela, ao acordar, percebeu que estava com as costas machucadas, e não lembrando o que havia acontecido, acreditou ter caído, alcoolizada, em uma grade próxima ao local onde estava bebendo na noite anterior. Disse que o proprietário do bar contou que Jorge a empurrou contra uma parede, onde havia um prego grande, e que havia visto quando uma mancha de sangue começou a se formar na roupa dela. Nortista seguiu dizendo que sua vida era assim: *Vivia machucada e roxa, sempre depois das bebedeiras, e Jorge sempre dizia que era eu que me machucava sozinha.* Então, completou falando que ninguém na comunidade se dispunha a servir como testemunha dela, pois lá também morava Jorge. Pontuei que era importante que Nortista pudesse se dividir das mentiras dele, no sentido de separar-se delas, e que isso a ajudaria a saber o que é próprio dela. Também disse que seria importante pensarmos em como ela se deixou, em alguma medida, envolver nessas mentiras de Jorge ao longo de todos esses anos. E ela começou a questionar como seria possível ele mentir perante a justiça e passar ileso, pois a havia esfaqueado duas vezes, tendo sido preso nas duas ocasiões, mas seguiu e permanecendo impune.

Nortista estava sumida dos atendimentos e, por esse motivo, resolvemos fazer uma visita domiciliar. Ao chegarmos à residência, ela prontamente nos contou que havia apanhado de Francisco, em meio à rua. Disse que ele construiu relações com os *irmãos* e que, agora, era considerado um *trabalhador*, o que o autorizava a cometer alguns excessos. Que ela, a mulher, era tida como a *vagabunda* caso

permanecesse pelo território bebendo, ao invés de ficar em casa e cuidar das crianças. Contou que Francisco perdeu o emprego e, desde então, tem permanecido na casa dela. Disse que não consegue colocá-lo para fora, pois ele abre a porta aos chutes, ou pula a janela para entrar. Perguntei se seria somente a questão da estrutura física da casa que a impedia de mantê-lo longe, ao que ela respondeu que não: *Eu não mando ele embora por medo de ficar sozinha*. E continuou, falando dos sintomas físicos dos quais têm sofrido, ao mesmo tempo em que nos mostrava os remédios psiquiátricos de João - dos quais ela tem feito uso em conjunto com o filho, para que ambos pudessem se *acalmar*.

## 6 ALGUMAS CONSTRUÇÕES A PARTIR DA CLÍNICA

Escolhi o nome Nortista para me referir à personagem principal da presente dissertação porque ele me permite operar, na escrita, um exercício que me tem sido muito caro. Com ele, posso me referir a esse sujeito singular que escutei ao mesmo tempo em que sustento, pela contraditoriedade do uso que faço dessa palavra, a inseparabilidade entre o território único desse humano singular e o território cultural, da cidade, dos laços sociais - do que se compartilha coletivamente. Para o dicionário Houaiss, nortista é a pessoa que nasceu em algum dos estados do Norte. Mas, de onde escuto, Nortista é a forma como as pessoas migrantes das regiões Norte e, também, Nordeste do país referem-se a si mesmas e aos seus conterrâneos, um significante que permite, portanto, o reconhecimento de si e de seus semelhantes enquanto forasteiros, exilados, *estranhos* na terra em que habitam.

### 6.1 O território enquanto o lugar do sujeito

As equipes do PAEFI do CREAS onde atuei dividem-se por territórios de referência. Como trabalhadora do serviço, portanto, eu já vinha circulando há anos, de alguma forma, pelo território de Nortista. E nesse circular, a violência doméstica contra as mulheres, como algo que se repete, tornou-se para mim uma questão. Ao tratar do conceito de território, Milton Santos (2003, 2006) aborda o desenvolvimento do modo de produção econômica, apontando os efeitos deste na vida cotidiana. Ele argumenta que com o avanço da globalização, em sua estreita relação com o imperialismo, verifica-se uma proposta de unicidade dos espaços, de um *discurso único*, que visa ao apagamento da dimensão singular, cultural, de cada território. Quando Santos (Ibidem) fala sobre território, ele está dizendo, portanto, dos efeitos das forças políticas num determinado lugar geográfico e dos impactos que essas forças revelam nas relações sociais.

Nortista é mulher, parda e pobre. É moradora de periferia em uma das cidades mais ricas do país, e possui sua existência nesse território relacionada aos processos de migração da população nordestina que, ao fugir da seca e da fome, há algumas décadas vêm se estabelecendo nas regiões de maior investimento

econômico - onde tem tido sua força de trabalho explorada ou, também, servido como parcela no exército industrial de reserva. Impulsionados por uma força centrífuga produzida pelo grande capital, tais movimentos de migração são grandes produtores de alienação (Santos, 2005). Articulamos tal processo de alienação apontado por Santos (Ibidem), responsável pela depreciação dos laços comunitários e culturais dos sujeitos, às formas de desamparo indicadas por Rosa (2016) enquanto efeitos da destruição do comum de um povo. Rosa (2002, p. 01-02) articula a ideia de desamparo social com a de desamparo discursivo. A primeira, que se refere ao impedimento imposto a determinados sujeitos ao acesso de certos recursos institucionais que organizam a vida em sociedade, conecta-se com a segunda, que diz respeito a uma “fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social [...] e resguardam o sujeito do real” – referindo-se aos efeitos do apagamento cultural que carrega a história e os valores de um povo, e que é capaz de dar contorno à dimensão do real por meio do simbólico. A psicanalista (Idem, 2016) aponta ainda para os efeitos nefastos ligados à produção do desamparo discursivo, que confunde nos sujeitos o discurso do Outro com os mais perversos discursos de captura perpetrados pelo neoliberalismo, tanto no que se refere à constituição subjetiva, quanto nas circunstâncias de destituição subjetiva. Concebemos território, portanto, enquanto palco de disputas políticas, que por meio da linguagem fazem circular discursos e suas respectivas formas de laço social.

Nesses territórios de exílio ocupados por Nortistas, comumente se recebe por parte do Estado uma atenção muito específica da Política de Segurança Pública, que junto a essa população opera balizada pela via da coerção e da violência. Por outro lado, tais territórios também têm sido bastante ocupados por igrejas neopentecostais, reconhecidas por parte das comunidades como lugares de acolhimento da angústia e da dor. Costumeiramente, essas igrejas atribuem a miséria humana a uma dimensão extraterrena. E, para lidar com o mal-estar dessa forma de civilização, apelam para uma consistência imaginária, que geralmente promove a “salvação” pela via individual no sentido da submissão e da resignação. Diante desse cenário político, nossa aposta consiste em compartilhar que, contando com o apoio da psicanálise, é possível ampliarmos, de dentro dos serviços públicos, as possibilidades de escuta e acolhimento das dores dos sujeitos, inclusive, das

mulheres que vivenciam violência doméstica. Um acolhimento das dores de existir que possa contribuir, também, para possíveis deslocamentos em relação à repetição que opera no laço social.

Quando conheci Nortista, ela já havia recebido atendimentos da saúde, da justiça e da assistência social em virtude do esfaqueamento sofrido. Foi atendida pela Unidade de Pronto Atendimento e, também, pela Unidade Básica de Saúde de seu território. Já havia realizado a lavratura do Boletim de Ocorrência e a solicitação de renovação da Medida Protetiva de afastamento. Ela também já havia sido inserida, pelo CREAS, em uma unidade de acolhimento institucional, para permanecer afastada do território onde convivia com o ex-parceiro. Todavia, parece que em nenhum desses lugares alguém pôde escutar Nortista um pouco além da cena da facada. Vale ressaltar aqui uma distinção entre ouvir e escutar, sendo a primeira relativa ao levantamento de informações, numa perspectiva da consciência, da racionalidade, do eu como dimensão imaginária; enquanto a escuta diz respeito à abertura de espaço para a Outra cena, a do inconsciente - capaz de convocar o sujeito a partir de seu lugar no acontecimento violento. Para isso, é preciso que haja a suspensão de atributos e nomeações dirigidas ao sujeito, tais como pobre, vulnerável, vítima, etc. Para Rosa (2016), nas situações de violência extrema, nas quais ocorre o encerramento do sujeito alvo de ataque por uma força que restringe as suas possibilidades de elaboração, a insistência em questionar o sujeito a respeito do acontecimento colabora para a sua manutenção num lugar de exílio, no qual ele fica excluído da cena e das suas possibilidades de simbolização.

Silveira (2006), em seu estudo sobre o atendimento no SUS, aborda a dificuldade das trabalhadoras da saúde em lidar com a questão da violência doméstica contra as mulheres - apontando que essa dificuldade é relativa ao sofrimento trazido pelas usuárias. A mesma autora aponta, ainda, que nos cenários em que essa violência envolve o atendimento à violência sexual, o manejo é considerado como algo mais possível pelas profissionais, na medida em que compreende uma série de fluxos e protocolos, possibilitando assim, que sejam ofertadas respostas objetivas às problemáticas apresentadas pelas usuárias. Parece que o estudo de Silveira, por mais que tenha acontecido no contexto da saúde, demonstra a ocorrência de algo que se apresenta nos atendimentos às mulheres em

experiência de violência doméstica nos serviços e órgãos das diversas políticas públicas. A trabalhadora que acolhe a usuária, na medida em que não consegue separar-se do sofrimento da mulher à quem atende, oferta a ela uma resposta especular, seja enredando-se no sofrimento junto com ela, ou sustentando uma posição de aconselhamento que diz mais sobre si mesma do que sobre o outro que está sendo atendido.

E. Broide (2019, 2022) ao abordar a *escuta territorial*, refere que o método envolve uma imersão no território, a partir da qual se deve sustentar uma posição de escuta na relação com os sujeitos que nele vivem. Ela aponta que os sujeitos, pela palavra, podem transmitir algo das inscrições de um determinado lugar, como os traumas e repetições que se atualizam e reatualizam, por exemplo. E, que num percurso de escuta, ao mesmo tempo em que se evidenciam os efeitos das estruturas sociais mais amplas, pode ser possível chegar perto do modo de habitar de cada sujeito no laço social.

Em seu trabalho na cidade, o psicanalista coloca em relevo o inconsciente, lá onde a precariedade e o drama da vida humana se apresentam e clamam – num apelo resistencial – pela economia do pensamento, pela burocratização dos gestos e pelo ensurdecimento dos ouvidos perante o drama singular do sujeito em situação de vulnerabilidade (Idem, 2019, p. 41).

Elia (2021, p. 253) ao tratar da atuação de equipes de atenção psicossocial também aborda a questão do território, afirmando que

Todo ato clínico será também territorial, deverá inscrever-se em uma lógica territorial, no tecido urbano da cidade, e das cidades, se tomarmos a cidade não apenas como o nome do núcleo urbano ampliado e municipal em que o território se situa geopoliticamente, mas como os territórios subjetivos dos usuários, que têm, cada um, mais de uma cidade em seu mapa como sujeito.

Nortista trouxe, logo de início, suas questões territoriais. Ela dizia que estava buscando pela mudança, numa empreitada para que algo de fora pudesse dar contorno ao amor que ela ainda sentia por Jorge. Dizia que dava motivos para que ele a espancasse e, também, trazia notícias da sua insistência em ficar, numa permanência em que o espancamento era o alto preço que ela pagava pelo cuidado. Parece que escutamos, em diversos momentos, notícias de Nortista enquanto um sujeito sem lugar, o que podemos relacionar com algo de um encarceramento seu

no discurso do Outro, que a mantinha numa posição de alienação e assujeitamento. A força econômica do capital, representada pela especulação imobiliária, também apresentava sua face na condição de exílio de Nortista, abalando e desorganizando sua busca por um lugar.

Não demorou muito para que conseguíssemos fazer com que a facada, ou melhor - as facadas, como pudemos escutar num além da primeira cena - que ela havia recebido de Jorge, pudessem abrir passagem para a emergência de uma série de diversas experiências de abuso, para as quais Nortista ainda não havia se atentado como algo de uma repetição. Repetição que concebemos aqui enquanto da ordem do Outro do inconsciente e, ao mesmo tempo, do Outro do campo social, encarnada em Nortista a partir de sua divisão enquanto sujeito e ao mesmo tempo, transcendendo-a. Falar sobre ele, insistir em falar sobre o Outro - primeiro sobre Jorge, depois sobre Francisco, depois sobre a sua mãe, era uma forma de tocar em algo dela mesma. Em *O estranho* Freud (1919) conta do que nos é estranhamente familiar, enxergado como do outro, exterior portanto, mas que nos causa horror porque toca em algo muito singular de nossa própria constituição. Lacan (1968-1969/ 2008), por sua vez, nomeia como *éxtimo* o que há de mais íntimo no sujeito, mas que encontra-se, todavia, no exterior, vindo de fora.

Escutei, algumas vezes, o álcool, a droga, e ainda, o demônio serem invocados, por Nortista e, também por outras tantas mulheres espancadas que atendi, na tentativa de poder explicar, ou, quem sabe, compreender, por qual motivo aquele homem a quem ela amava poderia estar insistindo em violentá-la. Freud (1919) falou algumas vezes respeito do demônio: uma delas foi quando ele se referiu à repetição – descoberta que o levou ao além do princípio do prazer –outra vez foi quando falou da psicanálise, ao comentar com Jung, em sua única ida aos Estados Unidos, que os estadunidenses não sabiam que ele estava lhes trazendo a peste. Considerando minha experiência de atuação na Assistência Social, compartilho que, frequentemente, o uso abusivo ou problemático de drogas emerge, tanto por parte das trabalhadoras dos serviços, quanto pelas usuárias atendidas, como uma justificativa para certas formas de agir dos sujeitos. Compreendemos que o uso de substâncias psicoativas pode comparecer num sujeito como sintoma de algo, e entrar na composição para possibilitar a emergência de determinadas falas e atos.



Mas, sustentamos com Freud e Lacan, que um sujeito, ao se posicionar em seus atos (que não são equivalentes a comportamentos), o faz trazendo notícias da cena fantasmática que o estrutura; age, portanto, governado pela cena do inconsciente. Fundamentada nessa compreensão, realizei várias intervenções junto à Nortista no sentido de retirar do objeto droga a consistência que amarrava as respostas que ela dava para os problemas de sua relação com Jorge.

As produções freudianas conhecidas como metapsicológicas nos dão notícias dos caminhos trilhados pelo pai da psicanálise em seu processo de tentativa de compreensão do funcionamento psíquico, no qual “o eu não é senhor em sua própria casa” (idem, 1917, p. 310). Esta concepção freudiana é tida por Lacan como *subversão do sujeito*, desse sujeito baseado numa perspectiva racionalista, tal como o sujeito sustentado pela tradição filosófica. É possível encontrarmos em Freud, desde *O Projeto* (1985), construções a respeito do *princípio do prazer*, que era tido por ele como hegemônico no aparelho psíquico. Para o princípio do prazer, a satisfação relaciona-se com a descarga das excitações advindas do meio externo em face do sistema, isso porque o nível de excitação precisa manter-se regulado, sem atingir pontos elevados, para que haja maior harmonia no sistema psíquico. Uma forma de operar paradoxal, todavia, na medida em que a descarga completa de todo quantum de energia levaria o sistema ao esgotamento.

## 6.2 A repetição e além

Nortista desvelava sentimentos profundos de desamparo, e a série de abusos aos quais ela foi submetida e, ao mesmo tempo, se submetendo, nas relações com os seus parceiros amorosos dava notícias, em ato, da repetição. Garcia-Roza (2014) aponta que Freud é surpreendido pela repetição no curso do tratamento do caso Dora, enquanto ocupava-se de tentar fazê-la rememorar. Em 1912, Freud aborda o tema em *A dinâmica da transferência*, mas somente em *Recordar, repetir e elaborar*, texto publicado em 1914, evidencia a repetição a partir da transferência de tratamento. Neste último, Freud aponta que o modo de estabelecimento da repetição diz algo das relações primordiais do sujeito: “[...] o analisando não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o *atua*. Ele não o reproduz

como lembrança, mas como *ato*, ele o repete, naturalmente sem saber o que faz” (Freud, 1914/2010g, p. 199-200, *grifos nossos*). A repetição aparece na psicanálise, portanto, como algo que, vinculado à transferência, possibilita o tratamento psicanalítico. Dominique Fingermann (2013) aponta que, a princípio parecia não haver para Freud diferença entre transferência e repetição, sendo que esta última era por ele concebida como algo curável, passível de equacionamento, pelo tratamento via transferência.

Um corte e Nortista vai à deriva. Empreendendo uma fuga de seu território de origem, busca se afastar dos lugares que a remetiam a Jorge: onde moravam juntos, onde se conheceram, onde saíam para se divertir nas noites. Tal como Édipo, que fugiu de Corinto em direção a Tebas após receber da esfinge notícias sobre o seu destino trágico, Nortista partiu - procurando um outro lugar, onde pudesse, quem sabe, manter-se a salvo. Enquanto tentava se localizar conheceu Francisco – e o cárcere ao qual ele a submeteu desde os primeiros tempos da relação, nos mostram que na tentativa de fugir, Nortista retorna, aprisionada num lugar do qual não consegue escapar. Para Lacan, “*Wiederholen* [repetir] está muito perto no dizer dos etimólogos, do *haler* francês, do *sirgar* - como se faz nas trilhas de sirgagem - muito perto do *sirgar* do sujeito, o qual puxa sempre seu trem por um caminho de onde não pode sair” (Lacan, 1964/2008, p. 56, grifos do autor).

A psicanálise é bastante conhecida por sua teoria sobre os sonhos, publicizada por Freud no ano de 1900. Os sonhos são, portanto, desde os primórdios da psicanálise, objeto de atenção de Freud, que pôde reconhecer neles a própria economia do sistema psíquico. Um sonho apareceu em nosso percurso de escuta de Nortista: era um sonho, recorrente, com a cena em que Jorge a esfaqueava. Sobre esse tipo de produção onírica, o pai da psicanálise comenta: “os sonhos que ocorrem numa neurose traumática têm a característica de que o doente sempre retorna à situação do acidente” (Freud, 1920/2010b, p. 169). Freud (1917) verificou a incidência de sonhos como estes nos homens que haviam atuado como soldados na Primeira Grande Guerra, e, concluiu que tais sonhos evidenciam a dificuldade que o sistema psíquico do sujeito vem enfrentando para conseguir operacionalizar, por meio do princípio do prazer, a redução da quantidade de energia dentro do sistema. Não seria a condição de Nortista similar a de uma guerra, uma

guerra que para ela parece sem nome? Sonhos traumáticos como estes, assim como outros achados clínicos - como a expressão de satisfação no rosto do paciente de *O homem dos ratos* (1909) ao narrar a cena de tortura que o aterrorizava, e o jogo do carretel da criança que brincava com a ausência e a presença da mãe, insistindo na ausência, contribuíram para que Freud seguisse outra direção. Essa mudança de percurso ocorreu na medida em que o pai da psicanálise se viu impossibilitado de sustentar a dominância do princípio do prazer no funcionamento psíquico. Para Fingermann (2013), nesse segundo tempo de suas construções metapsicológicas, Freud passou a conceber a repetição enquanto irremediável, ligada a um *além* do princípio do prazer.

Para Rosa, (2016) a violência também é repetitiva na medida em que aniquila a diferença entre saber e verdade. Quando ocorre o fechamento da pergunta pela causa e o sujeito é relegado ao apagamento, a verdade sobre si fica encerrada no acontecimento violento, dificultando as suas possibilidades de diferir. Em certo momento, Nortista falou que Jorge foi até ela armado, ocasião na qual ela se viu sem outra possibilidade de escolha que não fosse o retorno ao relacionamento com ele. Acreditamos que quando o juiz pergunta se o novo companheiro de Nortista a protege, ele pode lançá-la à mesma condição. Quando a mediadora da audiência de conciliação diz que é preciso esquecer o passado, ela relança Nortista na mesma condição. O sujeito se mantém aprisionado num sem-lugar na medida em que o campo social, sobretudo quando se expressa por meio dos representantes da lei e da ordem, se posiciona no sentido do fechamento de suas possibilidades de movimento e vacilação.

Braunstein (2007) nos atenta que o ano de 1919 foi especificamente importante para a psicanálise na medida em que nele Freud trabalhou, praticamente ao mesmo tempo, em três importantes textos: *Batem numa criança*, *Além do princípio do prazer* e *O estranho*, este último já mencionado por nós no início do presente capítulo. No primeiro escrito, publicado ainda em 1919, é ressaltada a relevância da cultura, bem como do que dela se transmite institucionalmente e incide nas construções psíquicas dos sujeitos. O caminho percorrido nesse texto deixa evidente que isso que se transmite não se encontra no plano da reprodução, mas sim, no da repetição. Nesse mesmo texto, Freud inicia uma abordagem a respeito do

masoquismo, contexto no qual aponta fantasias infantis que implicam mutuamente o bater e o amar. Em *Além do princípio do prazer*, o psicanalista ultrapassa a concepção de inconsciente regido pelo princípio do prazer ao apresentar a existência de um *além* desse princípio, um além relativo à *pulsão de morte*.

Poucos anos depois, em *O problema econômico do masoquismo* (1924), o pai da psicanálise sustenta que há no humano, por constituição, o que ele nomeou como *masoquismo erógeno*. A partir disso, Freud evidenciou o que há de contraditório no próprio princípio do prazer, uma vez que pôde formalizar que *um alto nível de excitação pode comparecer no sujeito em conjunto como uma satisfação*. Já tendo descoberto a pulsão de morte enquanto dominante do funcionamento psíquico, com a elaboração do masoquismo erógeno, Freud realizou uma reiteração: o princípio do prazer não é dominante no funcionamento psíquico.

### 6.3 Os Gozos

[...] o gozo é o tonel das Danaides, e que uma vez que ali se entra não se sabe aonde isso vai dar. *Começa com as cócegas e termina com a labareda de gasolina*. Tudo isso é, sempre, o gozo (Lacan, 1992, p. 68, grifos nossos).

A repetição persegue o gozo. Para Nortista, mais um deslocamento, e o retorno à casa de sua família de origem a leva de volta ao berço dos abusos. Muitas parecem ser as vozes que lhe vêm à cabeça: da mãe, da vizinhança, dos homens: vagabunda, sem-vergonha. Sobre as violências, segundo a mãe, eram as roupas que ela usava; para o juiz, poderia ser o filho que ela carregava no ventre – parece que para uma mulher, trata-se de uma questão de corpo. O campo social, campo do Outro, atua por meio do patriarcalismo, convocando Nortista a um gozo violento e sem limites. Em seu desnorteio, todas essas vozes misturadas, que pareciam invasões dos Outros, eram de uma angústia própria do despedaçamento do corpo. Angústia, um afeto que se apresentava na medida em que Nortista percebia que aquele sangue que jorrava no balcão saía de dentro dela.

É do além do princípio do prazer que parte Lacan para trabalhar a sua<sup>22</sup> noção de gozo, do francês *jouissance*. Gozo, aqui, é relativo à alguma espécie de satisfação, que para o aparelho psíquico não possui equivalência com prazer. A primeira vez em que Lacan trata da noção de gozo mais detidamente é entre os anos de 1959 e 1960, em seu sétimo seminário. Neste, o psicanalista francês sustenta que com o advento da ciência moderna, há uma cisão entre o divino – Deus – e o humano, o que produz efeitos radicais nos seres de linguagem. Nesse contexto, Lacan também retoma *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2010) ao dizer que, para habitar o laço social, é necessário que o sujeito abra mão de uma parcela significativa de gozo, é preciso que a ele se ajuste, se adeque, consinta com algum tipo de interdição. Tamanha é a relevância da noção de gozo que, em 1969, Lacan se refere ao seu ensino em psicanálise como Campo Lacaniano ou Campo dos Gozos (Pereira, 2020; Prates, 2023a).

Seguir amando um homem que a violenta e que depois a cuida. Esse certamente é um traço que se instituiu em Nortista enquanto sujeito, traço que se desdobra em seu movimento de repetição. “Não é demais lembrar que ‘repetir’ (do latim *repetere*) significa ‘tornar a dizer ou escrever’, isto é, algo que diz respeito à linguagem ou, num sentido mais amplo, aos atos humanos e não aos fenômenos naturais” (Garcia-Roza, 2014, p. 39). O que pode parecer intrigante à primeira vista, quando Nortista relata que não deixou de amar Jorge em virtude da facada que ele a havia dado, encontra respaldo nas construções de Freud e Lacan a respeito do funcionamento psíquico. Ser golpeada dava à Nortista notícias de que ela afetava Jorge a partir de seu lugar de sujeito desejante. Ao perceber que estava sendo por ele tratada como um animal, Nortista parece ter constatado que perdeu, enquanto humana, ser de linguagem, o seu lugar de troca nessa parceria de amódio. Pensamos que foi o reconhecimento da perda desse lugar que fez com que Nortista deixasse de amar esse homem.

A noção de gozo passa a fazer parte da psicanálise para referir-se a algo do sujeito que se apresenta desde o início, desde antes dos primeiros tempos de sua

---

<sup>22</sup> O direito e a psicanálise, apesar de se constituírem enquanto campos do conhecimento (ou, do saber) distintos, possuem alguns pontos de intersecção. Destes, destacamos a noção de gozo, proveniente da forte influência da filosofia de Hegel em ambos os campos.

causação enquanto tal. É uma experiência na qual o *infans* se encontra submerso antes de sua entrada na linguagem, ou seja, antes de tornar-se um sujeito. Ao tornar-se sujeito, constrói-se um desejo, que pode ser concebido como cicatriz desse gozo mítico (Prates, 2023b). Todavia, esse gozo que foi suprimido nunca poderá ser totalmente extinto do mapa. É dessa cifra de gozo, disso que resta, que extraímos o traço unário, responsável pela repetição. Ao mesmo tempo, para advir um sujeito se faz necessário que um Outro dele goze. A forma como esse gozo do Outro se apresenta, bem como o modo com o qual sujeito que está advindo irá se resolver com esse gozo do Outro, se poderá separar-se dele ou não e em que medida o fará, terá relação com a sua posição no laço social, com a sua fantasia. As falas do grande Outro primordial se inscrevem no sujeito que está advindo, tornando-se significantes-mestres que o alienam – a alienação no Outro é condição para a emergência de um sujeito. Esse gozo do Outro, na medida em que inscreve o sujeito a partir das insígnias que circulam na família, no território e no campo social mais amplo, retorna no sujeito de um modo demasiadamente ostensivo, nos moldes do que Freud nomeou como sentimento de culpa (Rosa, 2016). Tanto no registro imaginário (eu ideal), quanto no simbólico (ideal de eu), o sujeito se constitui como aquilo que serve ao gozo do Outro.

“Mal-estar na civilização, que não há medida comum entre a satisfação que um gozo em seu primeiro estado fornece e aquela que ele fornece em suas formas desviadas, e até mesmo sublimadas, nas quais a civilização se envereda” (Lacan, 1959-1960/ 1988, p. 239). A partir do momento em que se advém enquanto sujeito, abrindo mão, portanto, de um gozo mítico, passa-se a ter acesso ao gozo que Lacan nomeou de fálico. Ligado à palavra, o gozo fálico é relativo ao laço social e diz respeito às trocas simbólicas entre os sujeitos, comportando, portanto, um limite. No seminário sete, Lacan aborda a impossibilidade de se alcançar uma comunhão geral entre os seres de linguagem, utopia do Bem Supremo baseada na filosofia aristotélica. Esse Bem, para Lacan, relaciona-se ao que Freud construiu como princípio do prazer – que, como já verificamos, não é o dominante na economia psíquica e, tampouco na economia política.

Nortista parecia falar e atuar sua mãe, também mulher e alvo de violência no campo social, lugar do qual a depreciação de sua imagem comparecia em cada ato,

tornando os abusos e agressões intimamente públicos. Num laço social patriarcalista, que das mulheres goza, a mãe de Nortista publica o seu consentimento aos ataques dos homens em face de sua filha, mulher que dela adveio. E nessa trama, a repetição que o gozo de ser olhada pelo pai persegue, encontra no seu próprio filho a mesma mirada. Resto e descuido, diria Estamira<sup>23</sup>. Mais-valia, conceito marxiano que se refere ao excedente não contabilizável do trabalho do proletário é tomada por Lacan (1968-1969/ 2008) para pensar o gozo. A partir dele, Lacan elabora o mais-de-gozar para dar evidência a uma forma de funcionar do sujeito, cujo trabalho psíquico “sempre implica perda sem saldo de ganho” (Elia, p. 83, 2023). Nortista goza a partir do gozo da face obscena do Outro – obsceno compreendido aqui tanto como aquilo que rompe com a lei, como aquilo que não aparece em cena, como o pai (o outro representante do Outro), que, escondido, violenta a filha. A culpa pelo abuso do pai e pela ausência de alimento para a mãe compunham o trajeto de um gozo que encarcerava Nortista, que parecia tentar pagar com tudo o que tinha. Mais algumas conversas e depois de muito queixar-se por não ter quem cuidasse de si, Nortista pôde fazer um empréstimo do governo para se cuidar, ainda que tenha passado perto de entregar essa cessão, genuinamente, a sua família.

O que se transmite entre as mulheres dessa história? Para a mãe, que parece absolutamente agarrada às insígnias do campo social que aprisionam as mulheres numa condição de objeto, uma mãe solteira não é suportável, enquanto um marido abusivo deve ser tolerado para que não se perca a família. Para a mãe, ser espancada e abusada por um homem é consequência de algo que a filha fez de errado. É, portanto, merecido. Essa mãe, também sujeita à violência do gozo do Outro, o atua de maneira ostensiva em face de sua filha. Nessa relação mãe-filha, Nortista, por mais que retruque, nas discussões, as ideias e os ideais da mãe, padece ao seu universo de significantes, do qual participa uma série composta por pai, homens, marido (...). Lacan, desdobrando o termo *catástrofe* – utilizado por Freud (1931/2010h) para dizer algo da relação entre mãe e filha – sustenta que há algo além do falo, ou seja, fora do campo do simbólico, que se transmite do agente

---

<sup>23</sup>Ver *Estamira*, documentário de Marcos Prado lançado no ano de 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-wHISEEXMh4>>.

da maternagem, algo que “não se deixava reduzir ao desejo e ao significante fálico, mas derivava de uma ausência de limite” (Brousse, 1995, p. 67). Lacan argumentou que algo disso que acontece nos primórdios da causação de uma mulher enquanto sujeito poderá fazer-se presente num outro tempo, repetir-se quando de sua relação com um homem. E a isso, Lacan nomeou de devastação. Pudemos escutar de Nortista que se manter com ele era algo sobre o qual ela não tinha escolha. “Pode-se dizer que o homem é para uma mulher tudo o que quiserem, a saber, uma aflição pior que um sintoma [...]. Trata-se mesmo de uma devastação” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 98).

Lacan (1959-1960/ 1988) extrai o gozo do direito, campo no qual se sustenta que ser proprietário e ter o usufruto dos bens são condições distintas:

[...] o sistema jurídico oculta que a apropriação é uma expropriação, pois alguma coisa somente é “minha” enquanto há outros para quem o “minha” é alheio. Pode-se gozar legitimamente apenas daquilo que se possui e para possuí-lo plenamente é necessário que o outro renuncie às suas pretensões sobre esse objeto [...] *Coloca-se desde um primeiro momento a questão fundamental da primeira propriedade de cada sujeito, seu corpo, e as relações desse corpo com o corpo do outro tal como estão asseguradas por um certo discurso ou vínculo social. Questão da compra e da posse do outro na escravidão, no feudalismo, ou no capitalismo [...] Meu corpo é meu ou está consagrado ao gozo do Outro, esse Outro do significante e da lei que me despoja esta propriedade que somente pode ser minha quando arrancada da ambição e do capricho do Outro? O direito mostra com isso sua essência: a regulação das restrições impostas aos gozos dos corpos. É, em outras palavras, o contrato social. O que é lícito fazer e até onde se pode chegar com o próprio corpo e com o corpo dos demais? Tema, como se vê, das barreiras do gozo. Licitude e licenças.* (Braunstein, 2007, p. 17-18, grifos nossos)

Usufruto<sup>24</sup> diz respeito ao fato de o sujeito ter o direito de acesso a algo que não é seu originariamente. De acordo com o que nos fala Lacan, isso é aplicável ao próprio corpo do ser de linguagem, corpo ao qual o psicanalista francês retorna com maior vigor entre os anos de 1972 e 1973, em seu vigésimo seminário, no qual nos deparamos com mais um grande giro em torno de sua noção de gozo. Ao que parece, Lacan faz um retorno àquela cifra de gozo que restou da causação do ser de linguagem, a qual ele já havia apontado como impossível de ser extinguida, e a nomeia de gozo feminino. Essa ideia de usufruto é relançada por Rosa (2016) para

---

<sup>24</sup> Definição retirada do dicionário Houaiss.



pensar numa posição em que muitas vezes as trabalhadoras (psicólogas, psicanalistas, assistentes sociais ou quaisquer outras que atuam no campo das políticas públicas) se sustentam ao “usufruir do gozo de uma posição imaginária de estar do lado do bem, da lei” (Ibidem, p. 48). Tal posição compactua para a manutenção dos sujeitos atendidos no lugar de alvo de exploração, seja em virtude de seu gênero, de sua cor, ou de sua classe social. Atribuir ao sujeito atendido a culpa pela violência sofrida, desconsiderando as estruturas sociais ou, ainda, vitimizá-lo, impossibilitando que ele se reconheça nessa cena, podem ser consideradas duas formas distintas de mantê-lo numa posição de assujeitamento.

No seminário 20, Lacan fala muito de corpo e, também, de amor. Aponta que o amor é “o desejo de ser Um” (Ibidem, p. 13) – o que seria impossível, uma vez que “não há relação sexual” (Ibidem, p. 40). Tal aforismo lacaniano, bastante famoso, diz respeito à impossibilidade de encaixe, de alcance de completude na relação com um outro qualquer – os seres de fala estão, portanto, fadados ao desencontro. Nessa linha, o psicanalista francês desenvolve, fundamentado na lógica, a sua tábua da sexualização, na qual aponta a existência de dois lados: mulher e homem. Nesse sentido, ser homem ou mulher não se refere a uma condição biológica nos seres de linguagem, mas sim à posição discursiva que cada um assume ao tornar-se sujeito no laço social. Nessa construção, Lacan aponta que ser homem é restringir-se ao gozo fálico, aos limites da lei simbólica, e endereçar-se ao outro guiado por seu próprio objeto *a*; enquanto que para um sujeito que se posiciona a partir do lado mulher, por mais que o gozo fálico esteja presente, há ainda, o gozo feminino, um gozo sem limites: “A questão é, com efeito, saber no que consiste o gozo feminino, na medida em que ele não está todo ocupado com o homem, e mesmo, eu diria que, enquanto tal, não se ocupa dele de modo algum” (Ibidem, p. 94). O gozo feminino, por estar fora da linguagem, impossível de ser simbolizado, somente pode ser abordado pela via da lógica, trabalho iniciado por Lacan neste seminário e sequenciado em momentos posteriores de seu ensino.

Não há relação sexual porque o gozo do Outro, tomado como corpo, é sempre inadequado – perverso de um lado, no que o Outro se reduz ao objeto *a* – e do outro, eu direi louco, enigmático. Não é do defrontamento com este impasse, com essa impossibilidade de onde se define um real, que é posto à prova o amor? Do parceiro, o amor só pode realizar o que

chamei, por uma espécie de poesia, para me fazer entender, a coragem, em vista desse destino fatal (Ibidem, p. 155).

Numa travessia que faz irromper uma rachadura no *ele faz isso por causa da bebida*, abrindo espaço para o vazamento do *eu não sei por que ele faz isso*, Nortista se depara com o *eu não sei mais o que fazer*, convocada ao que ela também não sabe sobre si e seu modo de se colocar nos laços. Aqui, podemos relacionar o medo de ficar sozinha com o medo de denunciar os abusos, mas, também, com o medo de ficar dependente desse lugar, o único conhecido por ela até então. Nortista é uma mulher que encena com sua própria carne a denúncia da violência perpetrada em face do feminino pelo gozo da maquinaria de poder. No sujeito exposto à violência disruptiva, a economia psíquica tende a operar de modo a amortecer o “impacto pulsional”. “Nas guerras, com ou sem nome, trava-se outra guerra silenciosa entre a resistência do sujeito e a resistência do trauma, e sua insistência em enlouquecer o sujeito” (Rosa, 2016, p. 82). E, na tentativa de amparar-se diante de sua falta, da impossibilidade de alcançar a completude na relação com o outro, e dos efeitos dos imperativos de gozo do campo social, Nortista tenta, desesperadamente, acalmar-se.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um retorno à história nos mostra a relação intrínseca entre a ânsia pela sustentação de uma sociedade de classes e o apagamento das mulheres, cujo papel social foi destituído e a existência reduzida à condição de objeto de pertença e gozo dos homens. Poder e violência são homólogos, disse Freud a Einstein numa troca de cartas, publicada sob o título de *Por que a guerra?*<sup>25</sup>. Milênios se passaram até que a questão da violência perpetrada contra as mulheres no espaço doméstico pudesse, finalmente, vazar à esfera pública. O caso de Nortista é um desses, paradigmático, que escapa do espaço privado quando de seu esfaqueamento em praça pública, acontecimento este que pôs em um espetáculo de horror algo que no território escutávamos pulsar.

Experiências iniciais de atendimento às mulheres em vivência de violência doméstica em nosso país, protagonizadas pelas feministas do SOS Mulher de São Paulo, bem como pelo próprio Estado por meio das primeiras DDMs já pareciam evidenciar uma assimetria entre a oferta que estava sendo realizada às mulheres e as demandas por elas apresentadas. Após alguns anos de experiência no atendimento a mulheres enredadas em parcerias amorosas de violência, sustento que elas não procuram o serviço buscando somente a *proteção social ou garantia de direitos sociais*, mas também, um outro que possa ampará-las – talvez algo como uma ancoragem para auxiliá-las no barramento desse gozo sem limites. Seria possível sustentar uma posição de não saber diante do sujeito, mesmo lidando com casos que parecem repetir-se indefinidamente? Como operar uma escuta que possa ir além dos sentidos pré-estabelecidos pelas leis, normativas, procedimentos, protocolos, fluxos, estudos acadêmicos das ciências sociais diversas, e, ainda, pelo senso comum? Como sustentar uma posição que possibilite uma escuta singular mesmo estando imersa numa maquinaria de reprodução do *status-quo*, que é a própria estrutura do Estado?

Compreendemos a importância que o reconhecimento das mulheres como vítimas possui para responsabilização dos agressores na esfera jurídica, bem como

---

<sup>25</sup> Por que a Guerra? (Carta a Einstein, 1932). In: O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das letras, 2010.

para o processo de implicação do Estado com a questão. Contudo, queremos chamar a atenção para o fato de que o discurso jurídico não pode ser hegemônico para tratar desse fenômeno social tão complexo. Aqui, incluímos a nossa compreensão sobre a necessidade de divisão entre a Assistência Social e o Direito, o que quer dizer que pensamos que a Assistência Social enquanto uma Política Pública deve poder funcionar a partir de sintagmas e concepções específicas para o escopo de trabalho ao qual se refere. No presente trabalho, buscamos provocar a pensar o quanto a designação da mulher como *vítima* atende aos imperativos de gozo impostos pelo Outro, isto é, pelo discurso inconsciente que impõe às mulheres o lugar de submissão ao gozo do Outro. Ao invés de uma nomeação prévia, quem sabe poder implicá-las sem culpabilizá-las... Talvez seja importante apontarmos aqui a distinção entre essas duas operações. A culpabilização deriva de um processo em que o supereu (seja do profissional, seja do discurso, seja da própria usuária do serviço) goza de modo sádico em relação ao eu, tomando o sujeito como o culpado pela violência que sofreu. Já a implicação diz de um percurso de retificação subjetiva, ou seja, de retificação do sujeito em relação à sua posição diante da cena da qual participa.

Outra questão: até que ponto as trabalhadoras que assumem uma posição de condenação da psicanálise como um método de escuta e acolhimento dos sujeitos nos mais variados serviços da Assistência Social, e das Políticas Públicas em geral, não compactuam com o impedimento do acesso das camadas mais empobrecidas da sociedade à dispositivos historicamente restritos às classes abastadas? E, ainda, até onde uma posição como essa não compactua com o gozo do campo social em face das mulheres em vivência de violência? A relação evidenciada por Freud entre repetição e transferência nos coloca como imprescindível a tarefa de acolher a repetição no acompanhamento das mulheres que vivenciam violência doméstica, e, aqui, acolher a repetição é assumir a dimensão gozosa do sujeito, bem como a sua instrumentalização social. Mas, como lidar com o próprio vazio e com a angústia que ele apresenta e conseguir acolher a angústia do outro? Talvez essa resistência das trabalhadoras seja da ordem de um estranhamento, do horror diante da possibilidade do encontro com o próprio feminino.

Começaria tudo outra vez/ Se preciso fosse, meu amor/ A chama em meu peito/ Ainda queima, saiba/ Nada foi em vão/ A cuba-libre dá coragem/ Em minhas mãos/ A dama de lilás/ Me machucando o coração/ Na sede de sentir/ Seu corpo inteiro/ Coladinho ao meu/ E então eu cantaria/ A noite inteira/ Como já cantei, cantarei/ As coisas todas que já tive/ Tenho e sei, um dia terei/ A fé no que virá/ E a alegria de poder/ Olhar prá trás/ E ver que voltaria com você/ De novo, viver/ Nesse imenso salão/ Ao som desse bolero/ Vida, vamos nós/ E não estamos sós/ Veja meu bem/ A orquestra nos espera/ Por favor!/ Mais uma vez, recomeçar (Gonzaguinha, Começaria tudo outra vez).

\*\*\*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/ Pólen, 2019.

BRAUNSTEIN, Néstor. **Gozo**. São Paulo: Escuta, 2007.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília, 08 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

BRAZÃO, Analba. OLIVEIRA, Guaciara Cesar de. **Violência contra as mulheres: uma história contada em décadas de luta**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

BROIDE, Emilia Estivalet. A pesquisa psicanalítica e a criação de dispositivos clínicos para a construção de políticas públicas. **Revista brasileira de psicanálise**, São Paulo, v. 53, n. 3. 2019.

BROIDE, Emilia Estivalet. O discurso psicanalítico: uma práxis instituinte. **SIG Revista de Psicanálise**. Porto Alegre, v. 8, n. 14, 2019b.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. São Paulo: Escuta, 2015.

BROIDE, Jorge (Org.). **A psicanálise na cidade**. São Paulo: Escuta, 2022.

BROUSSE, Marie-Hélène. Uma dificuldade na análise das mulheres. *In: Ornicar?* De Jacques Lacan a Lewis Carroll. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 57-67.

CERRUTI, Marta Quaglia; ROSA, Miriam Debieux. Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. **Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 4, p. 1047-1076, dez. 2008.

DANTO, Elisabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2020

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Simone. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). *In: Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005): alcances e limites*. São Paulo: Coletivo feminista sexualidade e saúde, 2006. p. 15-44.

ELIA, Luciano da Fonseca. **A ciência da psicanálise: metodologia e princípios**. São Paulo: Edições 70, 2023.

ELIA, Luciano da Fonseca. O sujeito, o real e o social. Comunicação apresentada na mesa "**A Constituição da subjetividade: o singular e o social**". II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso. O Campo da AD no Brasil: Mapeando conceitos, confrontando limites. Porto Alegre, 2005.

ELIA, Luciano da Fonseca. Psicanálise: clínica & pesquisa. *In: Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2000.

ELIA, Luciano da Fonseca. Uma equipe muito peculiar: a equipe do CAPS. *In: Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*. São Paulo: Escuta, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3a. ed. São Paulo: Escala, 2009.

FALCÃO, Maria do Carmo. A seguridade na travessia do Estado assistencial brasileiro. *In: Os direitos (dos desassistidos) sociais*. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FINGERMANN, Dominique. Repetição e transferência. *In: Colette Soler, A repetição na experiência analítica*. São Paulo: Escuta, 2013.

FLEURY, Sônia Maria Teixeira. Assistência na previdência social: uma política marginal. *In: Os direitos (dos desassistidos) sociais*. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>> Acesso em: 01 out. 2023.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência (1912). *In*: FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10. (Obras completas). p. 133-146.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). *In*: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. v. 14. (Obras completas). p. 161-239.

FREUD, Sigmund. **Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13. (Obras completas)

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico (1911). *In*: FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. v. 10. (Obras completas). p. 108-121.

FREUD, Sigmund. O inquietante (1919). *In*: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d. v. 14. (Obras completas). p. 328-377.

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias à psicanálise (1933). Esclarecimentos, explicações, orientações. *In*: FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010e. v. 18. (Obras completas). p. 294-321.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). *In*: **Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)**. São Paulo: Imago, 1990. v. 1 (Obras completas) p.170-244.

FREUD, Sigmund. Psicologia de massas e análise do eu (1921). *In*: FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15. (Obras completas). p. 13-113.

FREUD, Sigmund. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912). *In*: FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010f. v. 10. (Obras completas). p. 147-162.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). *In*: FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-**



1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010g. v. 10. (Obras completas). p. 193-209.

FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina. *In*. FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010h. v. 18. (Obras completas). p. 371-398.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1912-1913). *In*: FREUD, Sigmund. **Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11. (Obras completas). p. 13-244.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Apresentação feita na reunião do grupo de trabalho “**Temas e problemas da população negra no Brasil**”, IV Encontro anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1980.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). *In*: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, Jacques. O aturdido. *In*: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 448-497.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16: de um Outro ao outro (1968-1969)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 22: rsi (1974-1975)**.  
[facebook.com/lacanempdf](https://www.facebook.com/lacanempdf).

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 23: o sinthoma (1975-1976)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MANSO, Rita; JORGE, Marco A. C.; ALBERTI, Sônia. Da extimidade da Psicanálise e seu lugar na polis. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1078-1097, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008

MASCARO, Alyson Leandro. **Direitos humanos: uma crítica marxista**. Lua Nova, São Paulo, 101: 109-137, 2017.

MOTA, Ana Elizabeth. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: **O mito da Assistência Social**. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2010

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2008.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. (Corpo Freudiano de São Paulo). **Seminário O gozo e o objeto a**. YouTube, 20 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aCDdTTI7ffM>>.

PINTO. Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRATES, Ana Laura. (Fórum do Campo Lacaniano da Região Metropolitana de Campinas - em formação). **Seminário A heresia Lacaniana: O campo dos gozos**. Campinas/YouTube, 20 de março de 2023a. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=d3\\_Q3YRRqU0](https://www.youtube.com/watch?v=d3_Q3YRRqU0)>.

PRATES, Ana Laura. (Fórum do Campo Lacaniano da Região Metropolitana de Campinas - em formação). **Seminário A heresia Lacaniana: O campo dos gozos**. Campinas/YouTube, 22 de maio de 2023b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-aJitZDpbjw>>.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. Escuta: São Paulo, 2016.

ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Textura: Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 42-47, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, Montserrat. **La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: Estudios de casos en diez países**. Organización Panamericana de la Salud: Programa Mujer, salud y desarrollo. 2000.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Passinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista de Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe - E.I.A.L.**, Vol. 16 – No. 1 (2005).

SANTOS. Conselho Municipal de Assistência Social de Santos. **Resolução Normativa 792/2020**. Retifica a Resolução Normativa 543/2014 que regulamenta os Benefícios Eventuais conforme art.22 da Lei nº. 8742 da Lei Orgânica de Assistência Social.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4a. ed. São Paulo: edUSP, 2006.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência & saúde coletiva** 8 (1): 309-314.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL : **Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SILVA, Vera Lucia Oscar Alves., FERREIRA, Rita Gisela Guedes. Condição feminina: atendimento e promoção de direitos da mulher. In: **Assistência social e cidadania**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Lenira, P. Serviços de atendimento à mulheres vítimas de violência. In: **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005): Alcances e limites**. São Paulo: Coletivo feminista sexualidade e saúde, 2006. p. 45-77.

SOLER, Colette. **A repetição na experiência analítica**. São Paulo: Escuta, 2013.

SPOSATI. Aldaiza. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda: São Paulo, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: **Um mapa da ideologia**. Contraponto: Rio de Janeiro, 1996.

## PEQUENO GLOSSÁRIO DE PSICANÁLISE

Início este pequeno glossário retomando a ideia da **lógica paraconsistente**. Com ela, colocamos em questão os princípios fundamentais da lógica clássica, uma vez que ela suporta a existência de contradições. Para Newton da Costa, Lacan foi um importante precursor da lógica paraconsistente<sup>26</sup>. O presente glossário apresenta os conceitos de maneira muito resumida e/ou parcial, não possui qualquer pretensão de definição precisa e última dos conceitos apresentados. Propõe-se a apoiar, de alguma maneira, os leitores que não possuem familiaridade com a psicanálise.

**Amódio:** Na página 97 do vigésimo seminário de Lacan, intitulado *Mais, ainda*, encontramos o seguinte: “uma enamoração feita de ódio e de amor [...] a análise nos incita a esse lembrete de que não se conhece nenhum amor sem ódio”.

**Amor:** Construção a partir da ideia de Um, de unidade entre distintos sujeitos.

**Angústia:** Para Lacan, é o afeto que não engana. A angústia é mediana entre desejo e gozo.

**Ato:** A partir da psicanálise lacaniana, ato distingue-se de comportamento na medida em que possui sua manifestação relacionada com a cena inconsciente.

**Clínica:** Forma de operar a escuta do sujeito do inconsciente. Parte de uma hipótese a respeito do funcionamento psíquico e sustenta uma aposta no sentido do equacionamento de certos impasses apresentados pelo sujeito em seu mal-estar no laço social.

---

<sup>26</sup> Informação presente na entrevista concedida a Oscar Angel Cesarotto & Márcio Peter de Souza Leite para a revista *Leitura Flutuante*, n. 6 v. 2, pp. 51-77, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/20671/16186>>. Acesso em: 15 out. 2023.

**Causação:** Se no início de sua obra, ainda bastante afetado pelo estruturalismo, Lacan se referia à operação subjetiva que possibilitava um sujeito enquanto “constituição”, com o passar de seu ensino, o psicanalista francês passa a falar em “causação” do sujeito.

**Constituição subjetiva:** Fundamentado no estruturalismo de Lévi-Strauss, no primeiro tempo de seu ensino Lacan nomeia de constituição subjetiva a operação ocorrida a partir da relação entre o agente da maternagem, o(s) agente(s) da função paterna e o *infans*. Tal operação é o que possibilita a emergência de um humano, ser linguagem.

**Desejo:** Produto da operação de constituição subjetiva/ causação do sujeito. É uma interrogação, não se pode formulá-lo em palavras na medida em que ele não se restringe ao simbólico, mas sim, decanta para o real. É a política da psicanálise, de acordo com Lacan, pois é no rumo do desejo do sujeito atendido que deve seguir um analista no percurso de escuta.

**Destituição subjetiva:** Lacan refere-se à destituição subjetiva como um efeito do fim de análise, diz de uma queda do semblante. Miriam Debieux Rosa, em *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, fala em destituição subjetiva ao se referir aos efeitos nefastos da maquinaria do poder em face da estrutura psíquica de sujeitos alvo do racismo, da xenofobia, do machismo (adolescentes em conflito com a lei, refugiados, mulheres em violência doméstica).

**Especular:** Quando Lacan constrói o percurso de entrada de um sujeito no campo da linguagem (constituição subjetiva) ele inclui uma teoria da óptica para mostrar de que forma o sujeito que está advindo é afetado pela transmissão de traços do Outro (da maternagem, do campo social...). Na presente dissertação, quando utilizo a palavra *especular* me refiro ao efeito de identificação pelo qual as trabalhadoras são tomadas na relação com as usuárias atendidas, efeito que embaça a distinção entre o eu e o outro.

**Ética:** Em seu sétimo seminário, intitulado *A ética da psicanálise*, Lacan parte de Aristóteles, perpassa diversos filósofos e aponta algumas distinções entre a concepção de humano para a filosofia e para a psicanálise. Ele aponta o que considera uma diferença crucial entre a filosofia e a psicanálise no que se refere à compreensão das ações humanas. Nesse sentido, a *ética* diz de algo que fundamenta as ações de um determinado sujeito.

**Falo:** Inicialmente tomado como equivalente ao órgão genital masculino, o conceito de falo sofreu deslocamentos importantes no curso das produções de Freud e de Lacan. O psicanalista francês se refere ao falo enquanto representante das trocas simbólicas entre os seres de linguagem. Nesse contexto, o significante fálico também é utilizado para se referir a uma suposta completude, consistência ou totalidade.

**Falta:** Relativa ao que não é do plano do simbólico, a falta, assim como o desejo, é um produto do processo de constituição/ causação subjetiva. É algo que se refere ao vazio do humano, ao que não pode ser dito. O sujeito dividido da psicanálise, separado de Deus e do Outro, necessariamente é um ser de falta, incompleto.

**Fantasia:** Se pudermos nos utilizar de uma metáfora, diremos que a fantasia é a tela que protege o sujeito do seu inconsciente. Se constrói no processo de constituição/causação subjetiva e pode ser tocada no percurso de um sujeito em seu percurso de análise.

**Feminilidade:** Gozo fálico propriamente feminino.

**Feminino:** Aqui tomamos o feminino a partir das fórmulas da sexuação de Lacan (seminário XX). Diz de um lugar não-todo, incompleto, furado, inconsistente, que deixa à vista algo de uma “fragilidade”. A posição da criança é uma posição feminina em relação a um adulto. A posição da fauna e da flora é uma posição feminina em relação ao humano. Negros estão numa posição feminina em relação aos brancos.

Partindo da psicanálise de Freud e Lacan, podemos apontar que a violência contra as mulheres é um fenômeno que diz do ataque ao feminino na mulher tendo em vista a dimensão de horror que pode ser convocada pelo feminino. Tudo o que não está em consonância com a lógica fálica do capitalismo é alvo de violência.

**Fórmulas da Sexuação:** Podemos ler, desde Freud, o masculino e o feminino enquanto posições. Lacan inclui a lógica e, em pleno diálogo com as feministas de sua época, propõe as fórmulas da sexuação enquanto posições a partir das quais os sujeitos gozam, buscam satisfação pulsional.

**Freud:** Vienense de família judaica, Freud foi o inventor da psicanálise. Médico neurologista de formação acadêmica, construiu a psicanálise a partir de seu interesse em compreender as causas do adoecimento das histéricas, uma vez que nenhuma explicação biológica lhe era suficiente para explicar os sintomas que elas apresentavam.

**Homem:** O homem se deixa escravizar pelo falo. Do lado homem das fórmulas da sexuação, o modo de gozo está circunscrito ao falo.

**Implicação:** A implicação deriva de um processo de retificação subjetiva, ou seja, de retificação do sujeito em relação à sua posição na cena em que participa.

**Ínfans** - Homo Sapiens não considerado um humano na medida em que não se constituiu como um sujeito.

**Histeria:** De origem grega, a palavra histeria refere-se aos seres com útero, e ao longo da história sofreu uma série de deslocamentos em seu sentido. A partir das construções de Freud, a histeria, para a psicanálise, passa a ser compreendida como uma modalidade da neurose, ou seja, uma forma de estruturação psíquica.

**Gozo:** Braunstein, na página 12 de seu livro *Gozo* diz que as acepções de gozo se encontram num entre oposição e vizinhança, “ora como um excesso intolerável do

prazer, ora como manifestação do corpo mais próxima à tensão extrema, à dor e ao sofrimento”.

**Gozo Fálico:** É um gozo localizável. Batizado pela fantasia, o gozo fálico é o que possibilita as identificações. Lacan aponta o gozo fálico como relacionado à castração, ou seja, à entrada do sujeito na linguagem. O gozo fálico tem a ver com a existência do sujeito pela falta.

**Gozo Feminino:** É um gozo no corpo, mas que não é possível de ser localizado corporalmente, e que, ao mesmo tempo, vai além do corpo. Aparece mais ao final do ensino de Lacan, no seminário XX, e diz respeito a um gozo outro, que não é fálico, e que é acessado pelos sujeitos que se situam do lado mulher da tábua da sexualização. Os místicos foram os primeiros a dar notícias a respeito dessa modalidade de gozo. O final de uma análise aproxima mais o sujeito do gozo feminino.

**Gozo Mítico:** Estado no qual é possível alcançar a satisfação plena. É onde se encontra o *ífans*, circunscrito à dimensão do registro do Real, antes de ser rasgado pelo Simbólico e pelo Imaginário.

**Mal-Estar:** A partir de *OMal-estar na civilização*, texto freudiano datado de 1930, o mal-estar no humano seria algo indissociável da vida em comunidade, isso porque para conseguir se relacionar com o outro, é necessário abrir mão da satisfação plena. Mal-estar é um dos nomes da pulsão.

**Mulher:** Uma posição que a partir de um lugar não-todo, apesar de inserida na lógica fálica (ver Seminário XX de Lacan). Não existe uma referência para um sujeito todo do lado feminino, o que significa dizer que “a mulher não existe”. Estar totalmente do lado feminino seria a morte. Não existe A mulher, pois cada mulher existe uma a uma, de forma singular.



**Objeto a:** O “a” do objeto *a* refere-se à palavra *outro*, que, em francês é *autre*. É o objeto causa do desejo, perdido, produzido a partir da relação do ínfans com seu outro primordial. Segundo Lacan, o objeto *a* é a sua única invenção em psicanálise. Lacan constrói o objeto *a* a partir de sua produção a respeito do gozo, o objeto *a* seria um condensador de gozo. Para Ana Laura Prates, a invenção do objeto *a* permite ao psicanalista lidar com o que aparece como excesso, o que é uma importante novidade para a psicanálise. O objeto *a* encontra-se no centro da articulação entre os três registros: Simbólico, Imaginário e Real.

**Outro:** O pequeno outro, escrito com letra minúscula, remete ao semelhante, é da ordem do registro do imaginário. O pequeno outro é esse com quem me identifico e, ao mesmo tempo, rivalizo. O grande Outro, escrito com a letra inicial em maiúscula, diz respeito à cena do inconsciente e se refere ao registro do simbólico. Tem, portanto, relação com a cultura e com o que dela se transmite, por meio dos significantes, ao sujeito.

**Olhar:** Lacan, já no seminário oito, aponta o olhar como um dos objetos pulsionais. Ser um objeto pulsional é ser uma via de notícias de um Real que não é apreensível pela linguagem.

**Psicanálise:** De tantas coisas que se pode dizer a respeito da psicanálise, me interessa aqui pontuar que ela se estrutura a partir de um tripé: análise pessoal, estudo teórico e supervisão. Implicar-se nessas três frentes é o que permite a emergência e a sustentação de uma psicanalista.

**Psíquico:** Quando nos referimos ao psíquico, queremos dizer que estamos tratando do sujeito dividido, sobredeterminado pelo inconsciente.

**Real:** Real é um dos três registros que estruturam um sujeito. É o registro no qual se encontra o inominável, o que não tem sentido, o mal-estar, o gozo.

**Satisfação** - Operação que ocorre no nível do inconsciente. Para Freud, possui relação com a descarga de energia circulante no aparelho psíquico. Não pode ser tida como homóloga de prazer.

**Significante:** Um significante é aquilo que não significa nada em si e é aquilo que irá significar algo a depender da história do sujeito, do contexto no qual o significante aparece e da relação dele com os outros significantes.

**Sujeito:** Quando falamos de sujeito em psicanálise, estamos nos referindo ao sujeito dividido, que advém a partir da ciência moderna. Esse dividido diz respeito ao corte na relação do humano com o divino, sendo este, até então, a fonte para todas as respostas a respeito da vida e da existência. Além disso, sujeito diz respeito à sujeição ao Outro, sem a qual não é possível tornar-se humano. O sujeito é dono de seus impasses ao mesmo tempo em que encontra-se assujeitado a eles.

**Traço Unário:** Uma marca que fica no sujeito a partir de sua primeira experiência de satisfação. A busca pelo retorno a essa experiência mítica é um dos fundamentos da repetição.

**Transferência:** A transferência evidencia que a forma a partir da qual nos conectamos com o outro carrega, necessariamente, algo muito particular nosso, algo de nossa própria constituição enquanto humano. É a partir desse algo que nos situaremos nesse laço e construiremos as demandas que dirigiremos a esse outro.